

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NATÁLIA NUNES COSTA

**CAPITALISMO DE ESTADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE
CRÍTICA DAS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO
BRASILEIRO NA ÚLTIMA DÉCADA**

Porto Alegre
Julho 2013

NATÁLIA NUNES COSTA

**CAPITALISMO DE ESTADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE
CRÍTICA DAS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO
BRASILEIRO NA ÚLTIMA DÉCADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. André Luis Contri

Porto Alegre

Julho 2013

NATÁLIA NUNES COSTA

**CAPITALISMO DE ESTADO NO BRASIL: UMA ANÁLISE
CRÍTICA DAS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO
BRASILEIRO NA ÚLTIMA DÉCADA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi considerado aprovado para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, de julho de 2013

Prof^a. Cecília Rutkoski Hoff - Doutora em Economia
Coordenadora da Monografia

Prof^a. Maria Lucrecia Calandro – Doutora em Economia
Coordenadora da Monografia

BANCA EXAMINADORA:

Prof. André Luis Contri – Mestre em Economi
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Orientador

Prof. Heliane Müller de Souza Nunes – Doutora em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Tomás Pinheiro Fiori – Mestre em Ciência Política
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

*Para minha avó, Maria Antônia de
Souza Ramos, por acreditar em mim.*

“Frequentemente acontece que os membros da comunidade promovem a influência do poder central sem que o tencionem. As épocas democráticas são períodos de experimento, de inovação e de aventura. Nessas ocasiões sempre há uma multidão de homens engajados em empreendimentos difíceis ou novos, que levam adiante sozinhos, sem considerar seus cidadãos. Tais pessoas podem estar prontas a admitir, como princípio geral, que a autoridade pública não deveria intervir nos assuntos privados, mas como exceção à regra, cada um deles pede assistência dela no interesse particular em que se acha engajado, e procura usar a influência do governo para seu próprio benefício, embora a restrinja em todas as demais ocasiões. Se um grande número de homens aplica esta exceção particular a uma grande variedade de diferentes propósitos, a esfera do poder central estenderá, sem que se perceba, em todas as direções, embora cada um deles deseje que ela seja circunscrita. Assim um poder democrático aumenta seu poderio simplesmente pelo fato de sua existência. O tempo está do seu lado; cada incidente o favorece; as paixões dos indivíduos inconscientemente o promovem; e pode-se afirmar que quanto mais antiga for uma comunidade democrática, tanto mais centralizado se tornará seu governo” (ALEXIS DE TOCQUEVILLE).

RESUMO

O presente estudo revisa as teorias sobre o capitalismo de Estado, consolidadas no período de transformações econômicas e sociais pelas quais a economia mundial passou entre o final do século XIX e o início do século XX, à procura de um conceito unitário do capitalismo de Estado. A compreensão dessa gama variada de teorias e a preocupação em articulá-las com as manifestações recentes da economia política internacional, e, principalmente do Brasil, estruturam, portanto, os objetivos desta pesquisa. Instigado pela crise econômica iniciada em 2008 e pelo ostensivo aumento da intervenção estatal, procura-se averiguar se há uma configuração de capitalismo de Estado no Brasil a partir da observação das transformações ocorridas na economia e na forma de intervenção durante a última década e da análise dos casos dos Estados Unidos da América e da China. Os acontecimentos históricos e a revisão da literatura são a base metodológica para o entendimento do capitalismo de Estado e das diferentes concepções teóricas, propiciando um acúmulo interdisciplinar para o debate da questão econômica contemporânea. Verificou-se um imbróglio conceitual de capitalismo de Estado que sugerem coisas distintas. Apegando-se ao conceito que afirma a intervenção do Estado com o objetivo de crescimento econômico e garantia de concorrência, concluiu-se que o Brasil configura um capitalismo de Estado.

Palavras chaves: capitalismo de Estado no Brasil; Estado brasileiro; capitalismo; Teoria do capitalismo de Estado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O CAPITALISMO DE ESTADO – CONCEITO E TEORIA	10
2.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO	11
2.2 CONCEITOS DE CAPITALISMO DE ESTADO	15
2.3 CRÍTICAS À TEORIA DO CAPITALISMO DE ESTADO.....	23
3 O CAPITALISMO DE ESTADO CONTEMPORÂNEO	27
3.1 UM POUCO DO VELHO, UM POUCO DO NOVO	28
3.1.1 Difusores do novo capitalismo de Estado	31
3.2 DOIS CASOS DE CAPITALISMO DE ESTADO: OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A CHINA.....	33
3.2.1 Estados Unidos da América	33
3.2.2 China.....	37
4 CAPITALISMO DE ESTADO E MODELO POLÍTICO NO BRASIL.....	44
4.1 O ESTADO NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO (1930-1979)	44
4.2 CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E O NEOLIBERALISMO (1980- 2002).....	49
4.3 CRÍTICA A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE CAPITALISMO DE ESTADO NO BRASIL.....	55
4.4 RECONSTRUÇÃO DO ESTADO	59
5 CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

As teorias do capitalismo de Estado, consolidadas no período de transformações econômicas e sociais pelas quais a economia mundial passou entre o final do século XIX e o início do século XX, procuraram assentar formalmente as contradições do capitalismo altamente desenvolvido em um conceito. Não obstante, ao se examinar com profundidade as distintas teorias, nota-se uma discrepância na utilização do conceito, e, por isso, pode-se dizer que não há, nos dias de hoje, um conceito unitário do capitalismo de Estado. Apesar das especificidades de cada teoria de capitalismo de Estado, a maior parte das análises dessa forma de capitalismo associa o Estado com uma fração do capital monopolista, representado pelas empresas de grande porte e pelos grandes grupos financeiros.

Os teóricos que procuram encontrar uma definição para o conceito de capitalismo de Estado depararam-se com diferentes formas de organização das economias nacionais, que, independentemente de partilharem características que as colocam dentro de um mesmo conjunto, possuem especificidades que as tornam distintas umas das outras. Logo, não há um acordo geral entre os estudiosos quanto às características essenciais do capitalismo de Estado. É necessário, primeiramente, rever de forma sucinta as principais características históricas e singulares do desenvolvimento capitalista nas diversas sociedades, coincidindo com o aparecimento dessa forma de capitalismo, para, então, empreender esforços no seu entendimento.

Após a crise econômica mundial que iniciou em 2008, houve um ostensivo aumento da intervenção estatal na economia, trazendo à tona, novamente, o debate que procura consolidar o conceito de capitalismo de Estado. O Estado apareceu como o único recurso de salvamento para todos, independentemente de ideologias e dogmas, levando a uma reflexão mais profunda quanto ao seu papel na economia, não só como regulador do mercado, mas como a instituição que o garante.

Prova disto é que em janeiro de 2012 a revista liberal de circulação internacional *The Economist*, publicou uma reportagem especial sobre o capitalismo de Estado, sob o título **A mão visível** – veiculada pela revista licenciada brasileira Carta Capital, em fevereiro do mesmo ano. A manchete enunciava: “A crise do capitalismo liberal ocidental coincidiu com a ascensão de uma poderosa nova forma de capitalismo de Estado nos mercados emergentes”. Deste modo, a discussão que teve sua origem no início do século XX ganhou importância renovada. O esforço em compreender essa gama variada de teorias e articulá-las com as manifestações recentes da economia política internacional estruturam, portanto, os objetivos

do presente estudo. A complexidade de tais movimentos, no entanto, exige um recorte analítico para que a pesquisa se torne viável. Nesse sentido, o cerne desta pesquisa é analisar a maneira como o Brasil se insere dentro deste contexto de transformações globais e os reflexos práticos e teóricos desse novo período da economia mundial.

A pergunta que orienta o presente estudo pode ser sintetizada da seguinte forma: a crescente intervenção do Estado brasileiro na economia, observada na última década, configura um modelo de capitalismo de Estado? A finalidade de tal questionamento é averiguar se há uma configuração de capitalismo de Estado no Brasil a partir da análise das transformações ocorridas na economia e na forma de intervenção durante a última década. Nesse esforço de análise, serão exploradas as teorias de autores como Aloísio Teixeira, Friedrich Pollock, Kouzminov, entre outros, a fim de identificar as semelhanças e diferenças conceituais existentes entre eles e a aplicabilidade de tais perspectivas para o estudo da economia contemporânea. Espera-se, com isso, trazer para o centro da discussão as variáveis política e histórica por trás dos fenômenos econômicos, contribuindo para uma maior interdisciplinaridade no estudo do tema em questão.

Assim, do ponto de vista metodológico procura-se resgatar a relevância da abordagem histórica, concreta e indutiva, conduzida a partir da análise dos fatos históricos e da revisão da literatura. O propósito, contudo, não é catalogar tais fatos na esperança de que isso venha a gerar, naturalmente, um modelo a partir do qual poderá se conceber um conceito de caráter universal. Pelo contrário, os acontecimentos históricos lançarão as bases para o entendimento do capitalismo de Estado e das diferentes concepções teóricas, propiciando um acúmulo interdisciplinar para o debate da questão econômica contemporânea.

Para tanto, o trabalho estrutura-se da seguinte forma: no capítulo 2, serão abordadas as mudanças ocorridas na ordem econômica e política mundial desde fins do século XIX, retomando-se os principais acontecimentos do desenvolvimento capitalista que atingiu o seu auge no período subsequente à Segunda Guerra Mundial. Em seguida, ainda no mesmo capítulo, serão exploradas as fundamentações teóricas em que se respaldam os conceitos do capitalismo de Estado, bem como as críticas formuladas a partir dessas teorias. Esta primeira parte, portanto, terá por objetivo contextualizar historicamente o debate teórico sobre o capitalismo de Estado.

No capítulo 3, examinar-se-á como se deu a ascensão da noção recente do capitalismo de Estado e as questões fundamentais para compreensão do seu ressurgimento. A abordagem respalda-se na retrospectiva histórica do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos da

América e na China, trazendo-se para o conhecimento as características essenciais de intervenção dessas nações. A escolha desses casos específicos fundamenta-se na relevância da economia desses países para a dinâmica capitalista no cenário geopolítico atual, bem como pela trajetória distinta traçada pelos mesmos na busca pelo desenvolvimento capitalista. Ademais, são países com sistemas políticos e sociais absolutamente distintos, mas que, em termos de política econômica, têm uma interface comum, qual seja, a forte presença do Estado. A partir dos modelos chinês e estadunidense, espera-se poder pontuar as diferentes formas de intervenção estatal.

Finalmente, o quarto capítulo dedica-se a responder a pergunta norteadora deste trabalho, que tem como foco o caso brasileiro. Nesse sentido, a história do desenvolvimento capitalista brasileiro será retomada desde a industrialização, em 1930 até 2010, atentando para as características do atual modelo, as suas especificidades e semelhanças em relação aos casos chinês e estadunidense e as suas compatibilidades ou incongruências em relação às teorias abordadas no capítulo 2. Em última análise, ainda neste capítulo, procurar-se-á verificar de que forma o governo Lula tem buscado a reestruturação do Estado brasileiro, após mais de 20 anos de crise econômica e de forte presença da ideologia e da política neoliberal.

2 O CAPITALISMO DE ESTADO – CONCEITO E TEORIA

O debate que tenta consolidar o conceito de capitalismo de Estado¹, apesar de ter sua origem no início do século XX, continua atual, e recentemente ganhou maior importância após a crise que se iniciou em 2008. Os teóricos que procuram encontrar uma definição para tal conceito deparam-se com diferentes formas de organização das economias nacionais, que independentemente de partilharem características que as colocam dentro de um mesmo conjunto, possuem especificidades que as tornam distintas umas das outras. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo nas diversas sociedades se apresenta de forma singular.

As teorias do capitalismo de Estado procuram assentar formalmente as contradições do capitalismo altamente desenvolvido em um conceito. Não obstante, ao examinar com profundidade as distintas teorias, nota-se uma discrepância na utilização do conceito, e por isso, não há uma teoria unitária do capitalismo de Estado. Apesar das especificidades de cada conceito de capitalismo de Estado, pode-se afirmar que a maior parte das análises dessa forma de capitalismo associa o Estado com uma fração do capital monopolista, representado pelas empresas de grande porte e pelos grandes grupos financeiros.

A preocupação inicial, então, é abordar a fundamentação teórica em que se respalda o conceito de capitalismo de Estado, sistematizando as teorias já trabalhadas por diversos autores. Para tanto, no presente capítulo procurar-se-á conceituar teoricamente o termo capitalismo de Estado, bem como situá-lo no tempo dentro de uma perspectiva histórica. Diferentes conceitos de capitalismo de Estado serão revisados para entender as principais características do modelo em questão, as semelhanças entre as diferentes abordagens, bem como as críticas feitas às mesmas.

Assim, na primeira seção será apresentado de forma sucinta o desenvolvimento histórico pertinente à discussão do tema, que tem raízes em meados do século XIX, buscando compreender que mudanças ocorreram para a formação da configuração do capitalismo de Estado. O objetivo da compreensão do desenvolvimento histórico não é de promover uma discussão sobre a transição das etapas do sistema capitalista, mas sim contribuir para o entendimento das mudanças que levaram à transição para o capitalismo de Estado. Em seguida, introduzir-se-ão as teorias formuladas por diversos autores que se depararam com

¹ Diversos autores utilizam a expressão “capitalismo monopolista de Estado”, entretanto ao longo deste trabalho utilizar-se-á simplesmente “capitalismo de Estado”. Quando necessário, do ponto de vista de certos autores, retomar-se-á o termo “capitalismo monopolista de Estado”.

essa forma de capitalismo e ousaram articular um conceito. Por fim, na última seção serão analisadas as críticas às teorias do capitalismo de Estado.

2.1 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

O debate teórico sobre o capitalismo de Estado é controverso e suscita muitas discussões, de modo que muitos estudiosos até hoje procuram um conceito integrado sobre o modelo em questão. Sua origem, no entanto, remonta ao conjunto de transformações econômicas e sociais pelas quais a economia mundial passou entre o final do século XIX e o início do século XX. Uma análise retrospectiva do desenvolvimento do capitalismo, a qual busque compreender as origens históricas de tal configuração, bem como as diferentes acepções sobre o termo, portanto, se faz necessária.

As mudanças operadas na ordem econômica e política ao longo da segunda metade do século XIX – período que ficou conhecido como a época de ouro do capitalismo concorrencial – permitiram, em ampla escala, a passagem para o capitalismo monopolista. Os avanços tecnológicos alcançados naquela época eram de tal magnitude, que somente as fábricas de grande porte tiveram capacidade de absorver e tirar proveito dos novos métodos de produção. A concorrência tornou-se cada vez mais agressiva e as empresas de pequeno porte não acompanharam a pressão e em pouco tempo a grande maioria decretou falência. Configurava-se uma tendência inexorável à formação do poder monopolista. Algumas grandes empresas se uniram formando cartéis, outras utilizaram uma companhia financeira (truste ou *holding*) para controlar as ações das outras corporações. Esse processo de concentração e centralização ocorreu também no âmbito dos bancos, no qual houve a substituição do grande número de pequenas casas bancárias, por um número pequeno de grandes bancos. O capital industrial uniu-se ao capital bancário, configurando o nascimento do capital financeiro que facilitou o desenvolvimento do sistema de crédito (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO).

Como consequência da imensa concentração de poder industrial na forma de empresas gigantescas, trustes e cartéis, a concorrência – que não era regulamentada – tornou-se difícil e incerta para estas empresas mastodônticas. A flexibilidade auto-ajustável do mercado fora arruinada por essa concorrência desleal e punha em risco a classe capitalista, que nessas circunstâncias, enxergou no governo o único recurso capaz de resolver tal situação (HUNT, 1982). Por um lado, tem-se a interpretação de Lloyd Musolf (1968) argumentando que, nesse contexto, a regulamentação estatal deu-se através da pressão de grupos minoritários

desfavorecidos pela criação de companhias controladoras e pela crescente concentração industrial; enquanto, por outro lado, tem-se a visão de Hunt (1982) que evoca a própria natureza capitalista do Estado na sua posição intervencionista ou reguladora.

O final do século XIX foi caracterizado então pela formação das grandes empresas, o nascimento dos cartéis, o aumento da influência dos bancos e organizações financeiras, pelo desenvolvimento das forças produtivas, além de uma crescente concentração e monopolização do capital facilitado pela expansão das instituições de crédito e, finalmente, pelo aumento das formas de intervenção estatal. No âmbito da literatura marxista, a combinação de monopolização e concentração introduz a época do imperialismo, conforme ressaltou Lenin (1916, p. 265 citado por ALTVATER, 1987, p. 11):

Neste processo é fundamental, nas relações econômicas, a substituição da livre concorrência pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é o elemento essencial do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é o oposto direto da livre concorrência. [...] O sistema dos monopólios é a passagem do capitalismo a um ordenamento superior, o imperialismo é a etapa monopolista do capitalismo.

Nesse contexto, os teóricos marxistas começaram a questionar e avaliar essas características inéditas na história do capitalismo concorrencial, cujo conceito fora determinado por Marx em **O Capital**. Suscitaram-se discussões teóricas repletas de implicações políticas. Paul Boccarda² (1972 citado por ALTVATER, 1989) inferiu, a partir da ampliação das estruturas monopolistas, que é nessa etapa do imperialismo que se desenvolve a intervenção estatal, abrindo caminho para uma crescente inter-relação entre os monopólios e o Estado.

O termo capitalismo de Estado foi introduzido durante a I Guerra Mundial (1914-1918) para designar a ação governamental na intervenção e orientação da economia, visando o interesse maior que era a guerra. Isto é, as políticas do governo eram destinadas ao interesse do sistema de planificação da economia de guerra, uma vez que as condições de conflito eram iminentes e era necessária uma estratégia guiada pela força reguladora do Estado. A dimensão do conflito iniciado em 1914 teve como consequência um vasto crescimento da atuação do poder político (leia-se Estado), em proporções nunca antes observadas na história do capitalismo. O Estado surge diferente, com financiamento estatal, com o desenvolvimento e a grande articulação do setor estatal, o planejamento estatal e a organização da produção, e para

² BOCCARA, Paul. Le capitalisme monopoliste d'Etat. **Economie et politique**. 1972.

desempenhar seus papéis cada vez mais diversificados tiveram que expandir suas estruturas burocráticas aumentando sua própria complexidade interna.

Ao final da guerra, as economias não voltaram a funcionar de acordo com o padrão anterior; durante a estabilização capitalista do primeiro pós-guerra a relação entre o Estado e o capital aos poucos retrocedeu em relação ao período da I Guerra Mundial. O Estado procurou retomar o modo de organização e de acumulação que havia prevalecido até o início do conflito, e a economia do livre mercado continuou em busca de lucros. Entretanto, já no início de 1930, ocorreu a primeira grande depressão, e mais uma vez o Estado foi chamado a intervir com maior intensidade nas mais diversas áreas da economia. Tal fato ocorreu de forma mais explícita na Alemanha nazista e na economia norte-americana após o New Deal³. O Estado passou a intervir de maneira abrangente na economia, redirecionando-a para priorizar determinados setores, bem como organizando amplas áreas da produção. Na sequência à crise de 1929-1933, uma nova guerra estava sendo gestada, reforçando a tendência de intervenção estatal. Nesse contexto, o segundo pós-guerra encontrou uma economia capitalista diferenciada, com as estruturas da intervenção estatal já consolidada e uma nova forma de articulação entre o Estado e o capital havia sido estabelecida (TEIXEIRA, 1983).

A partir deste íterim de mudanças, a ação do Estado enquanto relação econômica na reprodução social tornou-se parte integrante da vida econômica e social do capitalismo. No entanto, é preciso ter claro que durante a Primeira Guerra Mundial a intervenção do Estado se impôs como uma necessidade do conflito, isto é, razões exteriores exigiram que o capital, enquanto relação de produção, se subordinasse ao Estado tornando-o um agente econômico. Com o fim da guerra, passou a ocorrer um fenômeno direto em que o Estado intervém de acordo com as exigências do próprio capital. Teixeira (1983, p. 87) resume esta afirmação da seguinte forma:

A ação do Estado resulta das necessidades internas do próprio capital no que toca à sua reprodução em escala ampliada, às condições na formação da taxa de lucro e ao próprio processo de acumulação, assumindo o caráter qualquer que seja a forma e o grau em que se apresente, de um fenômeno universal nos países em que domina o modo de produção capitalista.

³ Entre os anos de 1933-1937 o Estado norte-americano implementou uma série de programas, sob a presidência de Franklin D. Roosevelt, visando recuperar e reformar a economia que se encontrava em ruínas por causa da Grande Depressão. As políticas econômicas adotadas previam: investimento maciço em obras públicas; destruição dos estoques agrícolas para conter a quedas dos preços dos produtos; aumento do controle sobre os preços e a produção; e a diminuição da jornada de trabalho, com a criação de novas vagas de emprego, fixação do salário mínimo, além do seguro desemprego e o seguro velhice.

Tanto Teixeira (1983) quanto Altvater (1989) destacam o nexos subsistente entre a teoria do capitalismo monopolista de Estado e a teoria da crise geral do capitalismo cunhado por Lenin – que preconizou o uso das forças de mercado pelo Estado durante a Nova Política Econômica na União Soviética. O ponto central aqui, é que Lenin desenvolve a ideia de articulação entre o Estado e os monopólios, mesmo sem aprofundar o estudo e nem teorizar a respeito de tal relação, suas causas e consequências. Com base na ideia de socialização dos meios de produção⁴, Lenin afirmava que o monopólio capitalista em poder do Estado significava inexoravelmente um passo para o socialismo, e o passo seguinte seria colocá-lo a serviço do povo, deixando, nesse sentido, de ser um monopólio capitalista. Em outros termos, o capitalismo monopolista de Estado é, para Lenin, a última etapa da socialização do capital em condições privado-capitalistas, e a próxima etapa seria o socialismo. Desta interpretação leninista, surgiram algumas conclusões que assumem o capitalismo monopolista de Estado como a forma de organização social da crise geral do capitalismo.

As teorias do capitalismo de Estado que foram formuladas após a Segunda Guerra Mundial tiveram por finalidade destacar os fenômenos novos do capitalismo contemporâneo num cenário em que o campo socialista se reforçava. A probabilidade de sobrevivência do próprio sistema capitalista seria ínfima se não fosse pelo esforço permanente do Estado para regular a atividade econômica e sustentar o crescimento – através da produção de bens de consumo e serviços, por meio da fixação de um enquadramento para o planejamento setorial, traçando um planejamento normativo – que busca melhorias – e políticas de distribuição de renda – intimamente associadas às ideias keynesianas de controle fiscal e monetário, afetando toda a estrutura da economia.

A década de 1950 foi o impulso do desenvolvimento capitalista no âmbito internacional. Conhecida como a “era de ouro” do capitalismo, o período representou a

⁴ Socialização dos meios de produção, segundo o Dicionário do Pensamento Marxista, é a mudança da condição privada dos meios de produção para a condição social. A socialização dos meios de produção pode assumir três diferentes formas: (1) nacionalização, transferência de todos os direitos de propriedade das empresas privadas para o Estado; (2) transformação dos meios de produção em propriedade em grupo; e (3) transformação dos meios de produção em propriedade de toda a sociedade. É a esta última forma de socialização que Lenin se referia; mais compatível com a ideia de uma sociedade sem classes, os meios seriam colocados à disposição de determinadas comunidades de trabalhadores, que pagam à sociedade uma parcela de sua renda total para cobrir as necessidades sociais gerais. O restante da distribuição é decidido livremente por esta comunidade, pressupondo uma autogestão, com restrição a alienação (vender, dar aos outros, legar) dos meios de produção.

reprodução, em escala ampliada, dos processos de acumulação fordista-keynesiano⁵ e a adoção de fortes políticas anticíclicas de interferência estatal. As economias destruídas na Segunda Guerra Mundial já haviam completado o seu processo de reconstrução. Nesse ínterim, fortaleceram largamente o sucesso do desenvolvimento capitalista, a Terceira Revolução Tecnológica, a Revolução Verde nos países periféricos e a submissão da cultura e da natureza à lógica do valor. A “era de ouro” do capitalismo, sustentada por políticas keynesianas, perdurou até meados dos anos 1970 quando o mundo capitalista avançado mergulhou em uma crise estrutural, agravada pelo choque do petróleo combinado com a desaceleração do crescimento e inflação (HOBSBAWN, 1995).

2.2 CONCEITOS DE CAPITALISMO DE ESTADO

Apesar de não existir um conceito unitário para capitalismo de Estado, pode-se conceituar, em termos gerais, com base nos autores que serão trabalhados ao longo desta seção, capitalismo de Estado como um regime onde o Estado possui aparelhos de intervenção econômica centralizados em seu poder, utilizados com o objetivo de crescimento econômico, além da regulação do mercado garantindo a concorrência e os lucros da classe capitalista; e também quando o mesmo controla certas empresas capitalistas. Ou como preferem dizer os estudiosos mais radicais, capitalismo de Estado reúne em uma só mão os poderes de exploração econômica e opressão política.

De acordo com Teixeira (1983, p. 89), o conceito redescoberto de capitalismo monopolista de Estado apresenta-se de três maneiras:

A primeira é a que consta no Manual de Economia Política soviético (1955), e é apresentado da seguinte maneira: ‘O capitalismo monopolista de Estado consiste em subordinar o aparelho de Estado aos monopólios capitalistas e em utilizá-lo para intervir na economia do país, com finalidade de assegurar o lucro máximo para os monopólios e estabelecer o poder absoluto do capital financeiro’. [...] A segunda, de Ostrovitianov e Cheprakov (1958) diz: ‘O capitalismo monopolista de Estado é um sistema complexo de utilização do Estado burguês capitalista pelo capital monopolista que compreende principalmente propriedade estatal, consumo estatal e regulação estatal’. [...] E a terceira que consta na Declaração da Conferência dos 81 partidos comunistas realizada em Moscou, em 1960, e proclama: ‘As contradições do imperialismo aceleram a transformação do capitalismo monopolista em

⁵ “Regime de acumulação de uma determinada fase do desenvolvimento capitalista, caracterizado por investimentos em capital fixo que criam capacidade potencial para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa. Para que esse potencial se realize, são necessárias políticas de ação governamental adequadas, bem como instituições sociais, normas e hábitos comportamentais apropriados” (ARRIGHI, 1996, p. 02).

capitalismo monopolista de Estado. Aumentando o poder dos monopólios sobre a vida da nação, o capitalismo monopolista de Estado une a força dos monopólios à força do Estado em um mecanismo único para salvar o regime capitalista e para aumentar ao máximo os lucros da burguesia imperialista, através da exploração da classe operária e da pilhagem de vastas camadas da população’.

A forma como ocorreu a passagem para o capitalismo monopolista de Estado foi também matéria de estudo para Cheprakov e Paul Boccara.

Segundo Chepakov⁶ (s.d. citado por TEIXEIRA, 1983), o capitalismo monopolista de Estado é uma etapa imperialista e surge de forma natural na sequência de um sistema capitalista monopolista, isto é, existem leis imanentes no modelo que o elevam a uma próxima etapa. Segundo o autor, isto ocorre em função das necessidades de reprodução ampliada que requer imensas inversões de capital. Desse modo, para a criação de monopólios que necessariamente precisam de uma grande concentração e produção de capital, foi inevitável o papel decisivo do Estado que fundiu suas forças com as do monopólio a fim de dar continuidade ao sistema capitalista dos países. Chepakov enumera uma lista de razões que explicariam a transição das fases, com destaque para a duas delas. A primeira seria caracterizada pela utilização dos recursos do Estado para salvar firmas à beira da falência ou com a finalidade de aumentar a competitividade do setor nos mercados externos; e a outra surge da concorrência nos monopólios externos que origina a intervenção direta do Estado nos assuntos econômicos exteriores dos monopólios.

O fenômeno do capitalismo de Estado não estava subjogado a um único país, ao contrário, era um acontecimento novo e generalizado em todos os países de capitalismo desenvolvido – Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Japão, Bélgica, Suécia, Áustria, Finlândia. Embora não se possa determinar uma etapa histórica do capitalismo e formular um conceito com base em algumas características, pois é um método questionável, o conceito de capitalismo de Estado estava sendo usado para constatar que a forma das relações capitalistas (políticas e econômicas) havia mudado em relação às fases do passado (ALTVETER, 1989).

Para Boccara⁷ (1971 citado por TEIXEIRA, 1983), o capitalismo monopolista de Estado também surge em um determinado estado de desenvolvimento do sistema capitalista, porém, a seu ver, são mais do que leis naturais que sugerem essa transformação. Para ele o

⁶ CHEPRAKOV, V. A. **El Capitalismo Monopolista de Estado**. Moscou: Editorial Progreso, s.d.

⁷ BOCCARA, Paul. **Traité Marxiste d’Economie Politique – Le Capitalisme Monopoliste d’Etat**. Paris: Éditions Sociales, 1971, v. 1.

capitalismo monopolista de Estado caracteriza-se pela “concentração crescente do capital monopolista e do reforço do papel do Estado, caracterizado nomeadamente pelo financiamento público da grande produção monopolista com o fim de assegurar o lucro de monopólio”. Ou seja, o autor sugere uma relação estreita entre o Estado e os monopólios, haja vista a ação conjunta da acumulação do capital e dos lucros monopolistas.

Dessa forma haveria uma relação antagônica entre capital e trabalho, isto é, da concentração de capital e socialização das forças produtivas e outros elementos políticos e militares, que propõe a concepção do capitalismo monopolista de Estado. Em outras palavras, seria a exploração em grau elevado da classe trabalhadora e o reforço do domínio dos detentores dos meios de produção. Uma série de fatores históricos sugeridos por Boccara são imprescindíveis durante a transição para o capitalismo monopolista de Estado.

Em particular a Primeira e depois a Segunda Guerra Mundial, o desafio lançado pelo sistema socialista, o desmoronamento do sistema colonial, a pressão do movimento democrático das massas jogaram um papel determinante nas diferentes etapas de reforçamento do capitalismo monopolista de Estado (BOCCARA, 1971, p. 22 citado por TEIXEIRA, 1983, p. 94).

O autor avança na tentativa de delimitar a questão do capitalismo monopolista de Estado e na generalização dos fenômenos conhecidos. Baseando-se nos movimentos de superacumulação e desvalorização do capital, isto é, centrando sua análise na transferência de valor – ao contrário dos soviéticos que analisam a intervenção estatal –, Boccara pressupõe um modelo que se apoia na tendência à queda da taxa média de lucro e na tendência ao excedente de capital. Nesse sentido, o ritmo da acumulação de capital dentro de uma concorrência capitalista afasta-se para o lado contrário do crescimento da mais-valia, o que faz com que o capital social encontre dificuldades para se valorizar, levando a taxa média de lucro à declinar. O autor conclui que a superacumulação leva a uma desvalorização do capital, e nesse sentido, o Estado passaria a ser o principal meio de financiamento dos monopólios.

Outro autor que percebeu a relação existente entre o Estado e o capitalismo foi Kouzminov (1948). Segundo ele o Estado trabalha em função dos interesses da economia capitalista, sugerindo uma relação de submissão onde o Estado se encontra nas mãos dos capitalistas. Essa relação, de acordo com o autor, é a principal característica do capitalismo monopolista de Estado.

Para melhor compreensão dessa relação Estado/Capitalismo o autor revisa alguns fatos do desenvolvimento da sociedade capitalista, dando ênfase sempre à relação já mencionada. Nesse sentido, Kouzminov (1948) argumenta que a concentração dos meios de produção e a

centralização do capital são os principais determinantes da monopolização, entretanto, essa movimentação é acelerada em épocas de crise e de guerra (leia-se guerras mundiais). No que diz respeito às crises, elas trazem consigo as contradições inerentes do sistema capitalista; as massas trabalhadoras tem perda considerável de poder aquisitivo, enquanto os proprietários das grandes corporações se veem num dilema produtivo, uma vez que o próprio fundamento do sistema capitalista está desmoronando. É nesse contexto de contradição que os donos dos monopólios procuram o Estado, a fim de assegurar seus “privilégios”.

Essas crises anárquicas, o desemprego e a miséria das massas operárias e camponesas assustam os donos do mundo capitalista e faz com que temam pela manutenção do próprio fundamento do sistema capitalista. Daí provém seus desejos de recorrer à colaboração do aparelho do Estado burguês, a fim de atenuar as contradições mais agudas da economia capitalista e de fazer recair sobre os trabalhadores todo o peso da crise (KOUZMINOV, 1948, p. sn).

Kouzmanov (1948) usa o exemplo da Alemanha para tornar real seu argumento de aceleração do desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado nos períodos pós-crise e pós-guerra. De acordo com o autor, o nível de concentração da produção e do capital sobre o poder dos monopólios aumentou na Alemanha no período subsequente a Primeira Grande Guerra Mundial. Esse processo continuou no período de crise que sobreveio de 1929 a 1933, fortalecendo as bases para o desenvolvimento das formas de associação monopolista. Os setores mais importantes da economia alemã se encontravam sob a forma de monopólio. No setor siderúrgico, o Truste do Aço monopolizou mais da metade da produção; a indústria química estava caracterizada também por um truste, o “I. G. Farbenindustrie”, que possuía controle total sobre a fabricação de corantes e carburantes sintéticos. O setor de produtos eletrotécnicos era dividido, um duopólio, sendo as principais produtoras a A.E.G e a Siemens. Juntas elas produziam mais de 80% de toda demanda do ramo.

O mesmo aconteceu nos Estados Unidos, o desenvolvimento dos monopólios que decorreram da concentração da produção e centralização do capital acelerou no período entre guerras principalmente devido à crise de 1929. A economia planificada da guerra era conduzida pelas principais corporações do país, sendo que existiam no máximo quatro em cada setor. Entretanto, o domínio do mercado era exercido por uma fatia muito menor de monopolistas, entre os quais se encontravam Rockefeller, Morgan, Du Pont de Nemours, Mellon, Vanderbilt e Ford (KOUZMINOV, 1948).

“Na aparência, o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado apresenta-se como uma intervenção do Estado na economia para ‘controlá-la’ e ‘coordená-la’”

(KOUZMINOV, 1948). Mas como o próprio autor constatou, na prática o capitalismo monopolista de Estado, além de controlar e coordenar, dispõe do poder de opressão fiscal, que permite a exploração massiva da classe trabalhadora e o enriquecimento dos monopólios. Nos Estados Unidos, as taxas tributárias aumentaram oito vezes no período de 1940 a 1945. Nesse sentido, o governo americano gastou, durante o período de guerra, uma quantia superior a 50% da renda nacional. Entretanto, não é somente durante os períodos de guerra que o Estado açambarca parte tão elevada da renda nacional. Ainda tomando como exemplo o caso dos Estados Unidos, no período de 1947-1948, 34% (11 bilhões de dólares) da renda nacional era drenada para o orçamento militar. Do total desse montante, a maior parte destinava-se a aquisição de peças de armamento para as forças armadas e melhoria das instalações militares, bem como para o financiamento das empresas privadas que executavam essas encomendas. Para que fosse possível tal açambarcamento, o Estado promulgou leis e regulamentações para estabilizar os salários e o próprio mercado de trabalho, criando normas contra greves e muitas vezes instaurando nas empresas o regime de trabalho forçado. Devido ao emprego dos recursos arrecadados pelo Governo e as “regulamentações”, o lucro crescente dos monopólios seria assegurado (KOUZMINOV, 1948).

Apesar da ênfase que Kouzminov (1948) atribuiu aos períodos de guerra e de crise, tratando-os como principal fase de reprodução do capital monopolista, ele dedica parte do seu texto discorrendo sobre o fenômeno de o Estado outorgar as empresas de sua propriedade aos monopólios. Este fenômeno, segundo o autor, ocorre em períodos que não necessariamente são de guerra. Nos Estados Unidos, antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, o Governo vendeu a nacional metalúrgica de Genebra (Utah) por 47,5 milhões de dólares à “United States Steel Corporation”. Isso seria um fato trivial e sem importância se não fosse mencionado que a mesma metalúrgica custou ao Estado 191 milhões de dólares, isto é, quatro vezes o valor pelo qual foi vendida. Não obstante, quando o Estado nacionaliza algumas empresas, nunca é em detrimento dos monopólios, pelo contrário, é em favor dos mesmos; quando o fazem normalmente é porque essas empresas já não asseguram margens de lucro interessantes aos monopolistas ou operam com prejuízo. Foi o caso da Alemanha durante a grande depressão (1929-1933). O Governo alemão salvou da falência os grandes trustes e sociedades formados durante a I Guerra Mundial, comprando grandes lotes de ações. Porém, passada a crise, não havia mais a necessidade de nacionalizar esses trustes e sociedades, então, o Estado devolveu os lotes de ações aos proprietários, demonstrando sua total subordinação aos interesses dos monopólios.

Por fim, Kouzminov (1948) conclui que não interessam quais forem suas formas, “a ‘regulamentação’ da economia pelo Estado em regime capitalista tem por finalidade, invariavelmente, a satisfação dos interesses dos monopolizadores e, por consequência, uma fusão cada vez mais íntima do Estado com os monopólios. Os organismos de ‘regulamentação’ e ‘controle’ são um meio extremamente cômodo para conseguir a contribuição do aparelho do Estado, com vistas a aumentar o lucro dos monopolistas”.

Já a interpretação do capitalismo de Estado feita por Friedrich Pollock em seu ensaio **Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações** (*State capitalism: its possibilities and limitations*), procura definir o capitalismo de Estado usando como máxima o regime nazista, apontado como uma nova ordem social que divergia da ordem em declínio, o capitalismo privado. Segundo Pedroso (2009, p. 154), Pollock⁸ desenvolveu esse conceito a partir de ideias que trabalhava desde o início dos anos 1930, quando as principais diferenças entre a nova ordem (capitalismo de Estado) e a antiga em declínio (capitalismo privado) seriam:

(1) a deposição do mercado de sua função de controle na coordenação da produção e distribuição, o que implica no desaparecimento do mercado autônomo e das assim chamadas leis econômicas; (2) a transferência do controle para o Estado, que lança mão de dispositivos antigos e novos, inclusive um ‘pseudo-mercado’, para exercer esta tarefa; e (3) na forma totalitária do capitalismo de Estado, o Estado é o instrumento de poder de um novo grupo dominante, formado pela fusão das burocracias estatal, empresarial e do partido vitorioso; enquanto que na forma democrática o Estado tem a mesma função de controle, mas é controlado pelo povo.

A peculiaridade desta análise se encontra no fato de que o controle e a administração da produção e da distribuição em escala máxima de eficiência é feito pelo Estado – tanto democrático quanto totalitário – mediante um planejamento e consequente eliminação das leis de livre mercado do capitalismo privado.

A argumentação em que se baseava o autor era que o capitalismo de Estado despontava quando o capitalismo monopolista não era mais capaz de utilizar as ferramentas econômicas com êxito. Ademais, o capitalismo de Estado caracterizava-se, nas palavras de Pollock⁹ (1941 citado por PEDROSO, 2009, p. 154), “por um conjunto de processos orientados fundamentalmente pela ênfase na maior racionalidade e eficiência no aproveitamento dos recursos disponíveis.” É nesse sentido que há uma necessidade de

⁸ POLLOCK, Friedrich. *State Capitalism: Its Possibilities and Limitations*. In: **The Essential Frankfurt School Reader**. New York: Continuum, 2002, p. 71-94.

⁹ Idem

planejamento em torno do qual se organizam as cinco regras da ação estatal do capitalismo de Estado. De forma sucinta as cinco regras são: (1) criação de um plano geral de direção para a produção, consumo, poupança e investimento. Incorporando todos os elementos da produção, esperava-se um aproveitamento máximo dos recursos; (2) administração dos preços com vistas a assegurar os lucros monopólicos; (3) o interesse por lucros, tanto individual quanto de grupos, deve submeter-se aos interesses do plano geral; (4) gerenciamento científico de todas as atividades estatais (em condição de capitalismo de Estado, significa todas as esferas da vida social como um todo) objetivando a elaboração sistemática de todos os processos singulares; e (5) extinção de todas as leis de mercado, a fim de garantir o sucesso do plano geral, excluindo o trabalho baseado em conjecturas e improvisações (PEDROSO, 2009).

O capitalismo de Estado representaria a possibilidade de um desempenho econômico muito melhor do que o capitalismo de mercado, pois garantiria a eficácia na utilização dos recursos e um extraordinário crescimento capaz de produzir uma elevação geral no nível de vida da população. Talvez por essas razões, conforme constatou Pedroso (2009), Pollock incutiu que o capitalismo de Estado pudesse funcionar de acordo com os valores democráticos.

A caracterização de Pollock – tentativa de identificar os possíveis limites do capitalismo de Estado – deslocava o foco teórico para o âmbito da política na economia. Com efeito, o autor ficou exposto às críticas dos seus colegas dentro do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt¹⁰. As críticas de Neumann¹¹ (1966, p. 354 citado por PEDROSO, 2009, p. 158-159) vieram no sentido de que o capitalismo de Estado não seria diferente do capitalismo privado, o autor afirma que o poder totalitário ajuda os monopólios a produzir e reter os lucros:

[...] Se o poder político totalitário não tivesse abolido a liberdade de contrato, o sistema de cartéis teria ruído. Se o mercado de trabalho não fosse controlado por meios totalitários, o sistema monopolista estaria em risco; se as agências de matérias-primas, suprimentos, controle de preços e racionalização, se os gabinetes de controle do crédito e do câmbio estivessem nas mãos de forças hostis aos monopólios, o sistema de lucros ruiria. O sistema se tornou tão completamente monopolizado que ele deve por natureza ser hipersensível a mudanças cíclicas, e tais mudanças devem

¹⁰ A “Escola de Frankfurt” foi o termo informal utilizado para descrever os pensadores afiliados ao Instituto de Pesquisa Social (*Istitut für Sozialforschung*) da Universidade Frankfurt. Fundado em 1923, foi o primeiro centro de pesquisa marxista em uma universidade, no entanto questionavam e repensavam criticamente a prática das teorias; criticavam o Iluminismo como triunfo da razão, discutiam com as teorias freudianas e transitavam entre a ética e a arte. Os principais estudiosos associados à Escola de Frankfurt são Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Jürgen Habermas.

¹¹ NEUMANN, Franz. **Behemoth: the Structure and Praticce of National Socialism 1933-1944**. New York: Harper and Row, 1966.

ser evitadas. Para se obter isso é necessário o monopólio do poder político sobre o dinheiro, o crédito, o trabalho e os preços. Em poucas palavras, a democracia colocaria em risco o sistema totalmente monopolizado. A essência do totalitarismo é estabilizá-lo e fortificá-lo. Esta não é, é claro, a única função do sistema. O Partido Nacional-Socialista só está preocupado com o estabelecimento do domínio de mil anos, mas para alcançar este fim eles não têm outra opção senão proteger o sistema monopolista, o qual lhes fornece a base econômica para a expansão política.

Para Pollock, então, o capitalismo privado e monopolista que prosperou durante o século XIX foi elevado a capitalismo de Estado durante o regime nazista, enquanto para Neumann o nazismo ajudou na preservação das características essenciais do capitalismo monopolista, sugerindo uma consonância entre essas formas de capitalismo, isto é, o totalitarismo político não foi um prejuízo ao capitalismo monopolista (ou privado), mas antes a garantia da retenção dos lucros pelos mesmos. Apesar da crítica precisa de Neumann quanto à preservação das funções do Estado, o autor não discorre sobre a nova forma de articulação entre este último e o setor privado; a fraqueza da sua crítica fica evidente, sujeitando sua declaração à contra críticas.

O capitalismo de Estado sugerido pelos diversos autores era, nesse sentido, uma fase insólita até então na história do desenvolvimento capitalista, caracterizada principalmente pela ascensão do Estado como uma força econômica significativa, diretamente envolvida na acumulação de capital. Grande parte dos estudos relaciona o Estado de alguma forma com uma fração do capital monopolista, representado pelas grandes empresas e pelos grandes grupos financeiros. O estudo destacado na Declaração da Conferência dos 81 partidos comunistas realizada em Moscou (1960 citado por TEIXEIRA, 1983), representa uma esfera que defende o capitalismo de Estado como uma fase/etapa distinta do capitalismo monopolista, embora essa afirmação seja motivo de controvérsia no debate do tema. Outra tendência no argumento, como a evidenciada por Kouzminov (1948) e apontada no Manual de Economia Soviética (1955, citado por TEIXEIRA, 1983), destaca a submissão do Estado como instrumento de ação dos monopólios em meio à busca por maiores lucros. Há também o grupo de pensadores, no qual destacam-se Chepakrov (s.d. citado por TEIXEIRA, 1983) e Boccara (1971 citado por TEIXEIRA, 1983), que sugerem que o capitalismo de Estado surge das leis inatas do capital, ou melhor, o desenvolvimento das forças produtivas e a tendência a centralização e concentração do capital induzem o Estado a interferir na economia em favor dos monopólios.

É compreensível que até hoje não haja uma teoria unitária do capitalismo de Estado, portanto. As tendências dinâmicas do capitalismo altamente desenvolvido não são

determinadas facilmente a partir de um conjunto de características. Todavia, constatar que não há uma teoria unitária não é de todo desencorajador, pois as implicações políticas da teoria são relativamente unitárias, posto que os empreendimentos dos estudos são interpretações do desenvolvimento do capitalismo nos diversos países, o que demonstra a singularidade da relação economia/política dos mesmos.

2.3 CRÍTICAS À TEORIA DO CAPITALISMO DE ESTADO

Apesar da grande retórica no debate sobre capitalismo de Estado, ainda em 2012 não se dispõe de uma teoria integrada e solidamente estabelecida, a partir da qual seja possível aprofundar a análise das manifestações dessa forma de capitalismo. Não se pode determinar uma etapa histórica do capitalismo e elaborar um conceito com base em algumas características e generalizá-las como um fenômeno, pois as características singulares das distintas etapas históricas não fornecem leis necessárias para sua aparição.

Baran e Sweezy (1978), teóricos inclinados ao marxismo, se opuseram fortemente à teoria do capitalismo monopolista de Estado, destacando que o Estado, através da regulamentação, tributação e política, sempre teve (e ainda tem) um papel decisivo no funcionamento do sistema capitalista. Por isso, os autores esclarecem em seu livro **Capitalismo monopolista**, que diferente da maioria dos estudiosos que consideram a transição do desenvolvimento do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado, eles preferiram adotar sem restrições as expressões “capitalismo monopolista” e “capital monopolista” e justificam seu ponto.

De acordo com o ponto de vista dos autores, o Estado sempre desempenhou papel crucial no desenvolvimento do capitalismo, e mesmo que a intervenção estatal tenha se intensificado, não há indícios de modificação nas características dessa intervenção. Portanto, denominar essa fase do capitalismo em que há um aumento da intervenção estatal como “capitalismo de Estado” ou como “capitalismo monopolista de Estado”, pode levar os leitores ao equívoco de pensar que o Estado não teve papel crucial ao longo da história do desenvolvimento do capitalismo. Outro ponto relevante, é que expressões como essas citadas anteriormente deixam de supor que o “Estado é uma força independente, coordenada com a empresa privada, e que o funcionamento do sistema é determinado não só pela cooperação entre essas duas forças, mas também pelos seus antagonismos e conflitos” (BARAN; SWEEZY, 1978).

A fragilidade, porém, da crítica de Baran e Sweezy (1978) encontra-se em sua superficialidade ao tratar de tema tão vasto e controverso, que tem seu foco principal no entendimento da relação entre Estado e economia. Da mesma forma que Neumann (1966 citado por PEDROSO, 2009), os autores reforçam, corretamente, a continuidade do papel fundamental do Estado, entretanto, não levam em consideração os novos atributos da intervenção estatal e sua capacidade de autonomia frente às decisões econômicas.

A crítica de Teixeira (1983) expõe o equívoco de tentar decifrar o capitalismo monopolista de Estado analisando-se somente a inter-relação público-privada e o peso da intervenção estatal. Isso porque a atuação do Estado no âmbito econômico ocorre devido aos próprios movimentos do capital, os quais deveriam estar no centro do estudo. O autor também afirma que, ao contrário do que se pensa, o capitalismo monopolista de Estado enfatiza em última instância a nação, que é o espaço em que se define o Estado. E, ao se analisar os movimentos do capitalismo contemporâneo, nota-se que a característica principal é a expansão, em escala mundial, do sistema de produção incorporado pelas grandes empresas transnacionais, configurando assim o movimento de internacionalização do capital. Em sendo assim, os desdobramentos dos movimentos causados por essa internacionalização do capital acontecem dentro de um contexto nacional através da concorrência, reconcentração e modernização, trazendo à tona a necessidade de uma atuação por parte do governo no que diz respeito à articulação do capital para que se possa entender tanto o movimento de internacionalização quanto o papel do próprio Estado (TEIXEIRA, 1983).

Após uma vasta análise histórica e conceitual crítica, Teixeira (1983) sugere que a internacionalização do capital é o foco analítico principal para a compreensão do capitalismo contemporâneo e das diferentes formas de intervenção de cada Estado. Para entender e qualificar o processo de “internacionalização do capital” o autor retoma alguns pontos da história do capitalismo e diferencia as características da internacionalização do período pós-guerra e em fases anteriores, ressaltando as diferenças dos diversos casos.

Teixeira (1983) começa identificando a etapa concorrencial da história do capitalismo em fins do século XIX, a qual, no seu entendimento, foi uma fase de intensa industrialização liderada pela Inglaterra, que deu origem a um sistema internacional cuja base é a indústria de bens de consumo. Em seguida sobreveio a etapa monopolista – no início do século XX – onde os países de industrialização retardatária, em especial Estados Unidos e Alemanha, produziam em peso bens básicos de produção, dessa forma fortalecendo a criação de um sistema nacional de indústrias. Paralelamente ao fortalecimento da indústria, os governos introduziam fortes políticas de incentivo ao capital financeiro com o intuito de se aproximar da, até então, líder

Inglaterra, na corrida pela hegemonia. Muitas modificações ocorreram no sistema capitalista no período pós-guerra, a indústria passou a produzir bens de consumo duráveis em maior escala e a hegemonia transferiu-se aos Estados Unidos. No mesmo período houve a reconstrução das economias europeias e japonesas, bem como a industrialização de países periféricos. Embora houvesse conflitos nas condições de concorrência intercapitalista e discordâncias ideológicas, os fatores descritos foram decisivos para a formação de um sistema industrial multinacional.

As condições de concorrência intercapitalista estavam mais acirradas e a internacionalização do capital seguia o padrão manufatureiro da hegemonia americana, procurando reproduzir a mesma estrutura industrial em todos os mercados. Europa e Japão estavam fortemente apoiados em seus Estados nacionais e buscavam aprimorar a indústria para quem sabe chegar à hegemonia. Nesse sentido, segundo o autor, a inexorável concorrência tanto comercial quanto industrial e financeira, configuram um processo de transmigração de capitais; inicialmente partindo dos Estados Unidos em direção à Europa, em seguida, dos países centrais para os periféricos. E é esse ponto que Teixeira (1983) prima como central, pois a partir do movimento da internacionalização do capital, pode-se entender o papel dos diferentes Estados de acordo com a forma que se articulam dentro do espaço nacional de acumulação e os fluxos endógenos do capital.

Adentrando à crítica de Teixeira (1983), percebe-se a preocupação do autor em validar a sua hipótese acerca dos movimentos da internacionalização do capital. O autor sustenta que para entender o papel dos Estados nas economias capitalistas no período do pós-guerra, é preciso ter em mente o processo de transmigração e internacionalização do capital que repercute de diferentes formas em cada caso, podendo-se distinguir três deles: (1) o Estado não desempenha papel fundamental, exceto em momentos esporádicos, permitindo que as qualidades históricas peculiares levem à formação do capital financeiro; (2) o Estado realiza a tarefa fundamental para o processo de formação do capital financeiro; e (3) o próprio Estado executa o papel de capital financeiro geral. Sabendo-se que Teixeira (1983, p. 99) utiliza o conceito cunhado por Hilferding, tem-se que capital financeiro é o “[...] resultado da associação, fusão ou interpenetração do capital industrial e do capital bancário, previamente concentrados”. Uma vez constituído o capital financeiro, há um aumento descomedido do poder de centralização da propriedade e mobilização de recursos, o que permite um maior controle sobre o movimento geral de acumulação (TEIXEIRA, 1983).

Por fim, o autor complementa a sua colocação afirmando que a formação do capital financeiro representa uma nova e mais avançada fase da organização macroeconômica

capitalista, e é esta a configuração adequada e necessária à etapa monopolista em escala internacional. Sem o capital financeiro não é possível promover a centralização de capitais em escala ampla, nem a mobilização de recursos para a realização de tarefas gigantescas. Portanto, não há, dentre as teorias estudadas, um conceito apropriado para o capitalismo monopolista de Estado, senão nos casos em que o próprio Estado desempenha o papel de capital financeiro geral; ainda assim, não corresponderia ao conceito, pois o capitalismo monopolista de Estado, conforme assinalado por Teixeira (1983), pretende verificar uma fase do desenvolvimento capitalista e não uma nova forma de articulação e macroorganização do capitalismo dentro dos limites do país-nação definidos.

Apesar da imprecisão do conceito de capitalismo de Estado, o fato é que verifica-se, ao longo do século XX e início do século XXI, uma importância crescente do Estado em todas as esferas da vida em sociedade e da economia. O mesmo encontra-se presente na área social da saúde, educação, distribuição de renda; no âmbito econômico. O Estado está presente em diversos setores como o bélico e energético, gigantescas estatais, fundos de pensão, fundos de riqueza soberanos, financiamentos estatais, etc. Mais recentemente, este conceito voltou ao debate através da revista **The Economist** e diversos autores (Roubini e Costa) manifestaram-se à esse respeito.

No próximo capítulo procurar-se-á mostrar o ressurgimento do debate no século XXI, instigado pela crise econômica e financeira iniciada em 2008. Em seguida, será revisado a história da relação entre economia e Estado de Cingapura, Estados Unidos e China, procurando elucidar os fatores-chaves para compreensão do papel do Estado no desenvolvimento capitalista desses países.

3 O CAPITALISMO DE ESTADO CONTEMPORÂNEO

Em 2008 a economia mundial sofreu um choque com a eclosão da crise econômica que embaralhou o sistema financeiro dos Estados Unidos. Como resultado, os Estados tiveram que aumentar a sua intervenção no sistema econômico, protegendo as suas instituições financeiras, garantindo os depósitos e reduzindo brutalmente a taxa básica de juros (para aumentar a liquidez). Além disto, resgataram muitos bancos da falência e criaram uma série de regulamentações para o mercado financeiro. Ademais, a crise que se instaurou nos países ricos levou à quebra do Lehman Brothers e à ruína das economias (e consequentemente das relações sociais e políticas) de países como a Grécia, Espanha, Portugal e Itália. Ao mesmo tempo, no Brasil e em outros países emergentes, as consequências da crise ocorreram em grau muito menor, evidenciando a existência de uma alternativa ao capitalismo de mercado em decadência.

Recentemente, a revista liberal de circulação internacional *The Economist* publicou, em janeiro de 2012, uma reportagem intitulada **A mão visível**, que abordou o tema da ascensão do capitalismo de Estado nos países emergentes coincidindo com a crise do neoliberalismo. A reportagem especial dedicou-se ao estudo dos casos da China, Rússia, Índia, dos “Petro-estados” e finalmente, do Brasil. O foco principal da matéria publicada foi a forte participação destes Estados na coordenação e controle das suas economias, sublinhando ao longo do artigo as ferramentas utilizadas para tanto. O autor da reportagem sugere que os países pesquisados apresentam uma configuração de capitalismo de Estado (WOOLDRIDGE, 2012). No entanto, o que se verifica na matéria em questão é a ausência de uma análise mais detalhada do conceito de capitalismo de Estado empregado pelo autor.

Nesse sentido, partindo do estudo já exposto acerca da trajetória do sistema interestatal capitalista, busca-se neste capítulo avaliar os exemplos recentes de Estados cuja intervenção estatal apresenta características novas, fortalecendo e ampliando a estrutura supranacional do modelo capitalista de produção. Discutir-se-á a aplicação do escopo teórico de capitalismo de Estado, revisado no capítulo anterior, através de um estudo dos casos dos Estados Unidos da América e da China. Ambos os países são de extrema relevância na economia mundial, porém, apresentam sistemas econômicos e políticos distintos, principalmente nos âmbitos das instituições político-democráticas e de condução da política econômica.

Na primeira seção explicar-se-á, de acordo com a visão da revista *The Economist*, como se deu a ascensão do recente capitalismo de Estado e quais são as características fundamentais para a compreensão desse ressurgimento. Para tanto, o caso do desenvolvimento

e ascensão econômica de Cingapura, explicitado na matéria da revista, será retomado para ilustrar como se dá a nova relação entre o Estado e a economia. A seção subsequente examinará mais profundamente os exemplos distintos das nações norte americana e chinesa, retomando brevemente o seu desenvolvimento histórico – focando sempre a relação Estado/Economia – e apontando as características que são encontradas e se relacionam ao conceito de capitalismo de Estado. A análise dessas duas nações permitirá no próximo capítulo fazer uma avaliação mais consistente do caso brasileiro.

3.1 UM POUCO DO VELHO, UM POUCO DO NOVO¹²

O capitalismo de Estado ressurgiu no debate econômico e político como uma opção ao capitalismo liberal em decadência após a crise econômica mundial de 2008. Segundo Wooldridge (2012), a crise do capitalismo liberal coincidiu com a ascensão de uma poderosa forma de capitalismo de Estado nos mercados emergentes: China, Rússia, Índia, “Petro-estados” e Brasil.

Ainda segundo o autor, o “novo” modelo de capitalismo de Estado do mundo emergente procura reunir as forças do capitalismo com o poder do Estado e depende de o governo escolher vencedores (grandes empresas) e promover o crescimento econômico utilizando-se de instrumentos capitalistas, como o lançamento de ações das companhias estatais nas bolsas. Entretanto, o que destaca o atual capitalismo de Estado é a sua ampla capacidade de reprodução e organização, em outras palavras, a população chinesa e russa somadas representam um quinto da população mundial e nesse sentido poderia representar uma entrave ao desenvolvimento das suas fórmulas de crescimento econômico atual. As ferramentas disponíveis hoje em dia são muito mais sofisticadas, permitindo que o Estado moderno seja mais poderoso do que qualquer outro que tenha existido; é o exemplo do Partido Comunista Chinês que maneja os instrumentos capitalistas com habilidade, favorecendo a sua economia e o crescimento, conduzindo os seus indústrias rumo ao sucesso, ao invés de entregá-las aos interesses de burocratas, burgueses ou amigos. Esses governos estão usando o mercado para alcançar seus objetivos políticos, e analogamente à mão invisível de Adam Smith, agora o mercado recebe uma força da mão visível do Estado.

¹² Título de uma sessão da reportagem *The visible hand*, da revista *The Economist*. O título sugere que o capitalismo de Estado, tal como apresentado ao longo da reportagem, incorpora características novas com base em um modelo de capitalismo de Estado antigo já experimentado por Cingapura.

De acordo com a reportagem, a forma atual como se apresenta o capitalismo de Estado teve seu princípio em Cingapura quando o governo, sob o comando do primeiro ministro Lee Kuan Yew, criou uma estratégia de atração de investimentos estrangeiros (gigantes multinacionais) e *know-how* para competir no mercado asiático. A trajetória do desenvolvimento econômico deste país e da participação do Estado como agente principal é recente em termos históricos. Em agosto de 1957 foi reconhecida a autonomia de Cingapura, e em 1959, Lee Kuan Yew tornou-se primeiro ministro do estado autônomo pelo PAP (Partido da Ação Popular). Em setembro do ano de 1963 consolidou-se a Federação Malaia, abrangendo a Malásia, Cingapura, Sarawak e Sabah. A posição privilegiada de Cingapura fez com que até meados dos anos 1960 a sua economia estivesse voltada essencialmente para o comércio asiático. Porém, havia discordâncias fundamentais sobre os desejos da nação e as políticas da Federação. Para evitar maiores problemas políticos, em agosto de 1965 o governo de Cingapura rompeu com a Federação Malaia tornando-se uma cidade-estado independente (VIZENTINI; RODRIGUES, 2000 e YEW, 2008).

Tornar-se uma república não dissolveu os problemas de Cingapura, pelo contrário, acentuou-os. A sobrevivência do país era pouco provável, uma vez que não dispunha de uma abundância de recursos naturais, não possuía um interior, nem uma área rural. Nas palavras Lee Kuan Yew (2008, p. 25) “éramos um coração sem um corpo”. A maior probabilidade era virar cliente de seus poderosos vizinhos para preservar a independência, mas essa era uma possibilidade descartada, já que os interesses políticos eram completamente diferentes. Precisavam encontrar uma solução para o problema do desemprego que já atingia a taxa de 14% no país. Teriam de criar um novo método, um esquema inovador que possibilitasse a sobrevivência da população. Não existia nenhum país como Cingapura, o que mais se assemelhava era Hong Kong, só que esta, ao contrário de Cingapura, contava ainda com o apoio britânico e tinha toda a China como mercado.

Nos anos 1970, depois de muitas tentativas que não surtiram o efeito desejado, o plano estratégico tomou outro rumo, buscando a diversificação da economia. Nesse plano, o objetivo era a atração de empresas de alta tecnologia e exportação desses bens ao exterior. O governo concluiu que a melhor esperança para Cingapura estava nas corporações multinacionais americanas. Para tanto, o Estado desempenhou um papel fundamental adotando políticas de atração de investimentos estrangeiros, como isenção de impostos e livre circulação do capital, construíram infra-estrutura, forneceram imóveis industriais bem planejados. O governo criou o Banco de Desenvolvimento de Cingapura, que ajudava a financiar os empresários que necessitavam de capital de risco, estabeleceu leis trabalhistas e

políticas macroeconômicas sólidas, alicerçando todas as bases para o sucesso da empresa privada. De acordo com Vizontini e Rodrigues (2000) o almejado crescimento a partir dos investimentos foi concretizado, sendo os principais parceiros estrangeiros os Estados Unidos, a comunidade econômica europeia, a Grã-Bretanha e o Japão.

Os esforços do Estado eram contínuos, e, mais adiante, o governo assumiu a liderança ao lançar novas indústrias em alguns dos principais ramos da economia. Surgiu a *National Iron and Steel Mills* no setor siderúrgico, a companhia aérea *Singapore Airlines*, uma prestadora de serviços, e ainda no ramo de navegação a *Neptune Orient Lines*. Todas operaram com êxito sob uma constante vigilância do governo, e como resultado outras novas empresas surgiram. O cenário havia mudado de cético a otimista e nesse contexto mais uma importante decisão por parte do governo foi tomada, a de monopolizar as estatais mais influentes como a *Public Utilities Board* (Conselho de Utilidades Públicas); *Port of Singapore Authority* (Administração do Porto de Cingapura) e a *Singapore Telecom* no setor de telecomunicações. Todas livres do controle ministerial para serem administradas como companhias eficientes, lucrativas e competitivas. O monopólio foi incentivado pelo governo também no setor bancário, que impeliu os quatro maiores bancos de Cingapura a adquirir e se fundir com bancos domésticos menores com a finalidade de ficarem ainda maiores e mais poderosos (YEW, 2008).

O modelo de capitalismo de Estado de Cingapura tornou-se padrão de intervenção estatal combinado com uma economia de livre mercado. As pequenas unidades produtoras do país converteram-se em grandes multinacionais estrangeiras vinculadas aos grandes centros do capitalismo desenvolvido e Cingapura serviu como modelo ideológico e de propaganda para o Ocidente (VIZENTINI; RODRIGUES, 2000).

Uma sucessão de eventos de grande impacto fez com que o modelo de desenvolvimento deste país asiático acendesse. Na visão de Wooldridge (2012), o primeiro evento de grande impacto ocorreu em 1973 quando houve o aumento do controle dos “Petro-estados” árabes sobre as recém valiosas companhias de petróleo, fazendo com que o preço do petróleo quase que quadruplicasse e assegurando, dessa forma, crescentes superávits financeiros para os mesmos. Nesse sentido, os chineses consideraram importante garantir a oferta de petróleo. O segundo evento foi a adoção e aplicação do modelo de Cingapura pela China através do líder Deng Xiaoping. Xiaoping abraçou a globalização criando zonas econômicas especiais e convidando companhias estrangeiras a se instalarem, bem como se preocupou desde o início em formar as chamadas “campeãs nacionais”.

O último e não menos importante evento foi o colapso do comunismo soviético. Após 10 anos de total desordem criada com a derrocada do comunismo, Vladimir Putin, então presidente da Rússia, restabeleceu a participação do Estado nas empresas consideradas “estratégicas”. O desastre pós-soviético serviu para reforçar ainda mais os temores chineses de uma eventual desordem na transição para o capitalismo. A solução foi uma mistura de companhias privadas, capitalismo de Estado e manutenção do poder absoluto.

3.1.1 Difusores do novo capitalismo de Estado

A principal diferença ou característica do novo capitalismo de Estado está na eficiência empregada na utilização das ferramentas capitalistas. Não obstante, esse capitalismo de Estado repaginado pode contar com utensílios que o capitalismo “normal”, liberal ou de mercado, jamais poderiam utilizar: as empresas estatais.

Conforme a pesquisa realizada por Wooldridge (2012), as empresas estatais estão se difundindo e desempenham papel fundamental na economia dos principais países emergentes. Elas representam, como ferramentas do governo e agentes da modernização, o poder e a visão do Estado. Nos dias de hoje pode-se notar a pujança coletiva das empresas estatais no mundo emergente, isto é, o poderio ou dominação das mesmas, que podem ser contabilizados como riqueza e abundância. Das cem maiores empresas do mundo emergente, vinte e oito são de propriedade estatal; no entanto, apesar dos números favoráveis, o setor estatal como um todo está em contração, compondo atualmente apenas um terço do PIB da China e da Rússia, se comparado com a sua quase totalidade décadas atrás. Entretanto, não há uma conotação negativa nesse cenário, basta ver que essa redução não foi resultado de uma liberalização, mas sim de uma seleção estratégica do governo, que enxugou seu quadro de empresas, desfazendo-se das menores em detrimento das maiores, garantindo assim o seu domínio sobre essas poucas grandes empresas. Aparentemente paradoxal, trata-se de uma nova estratégia de intervenção e de fortalecimento do poder estatal: se por um lado o setor estatal como um todo encolhe, por outro, as empresas privilegiadas do governo ficam cada vez mais poderosas e ricas.

Outra característica é a mudança na governança das empresas estatais. Com auxílio de ferramentas do mundo contemporâneo, os governos exercem seu controle indiretamente por meio da propriedade de ações, seja com participação minoritária ou majoritária. A Organização das Nações Unidas definiu, durante a conferência sobre comércio e desenvolvimento, que são consideradas empresas estatais aquelas que possuem mais de 10%

das suas ações em poder do Estado. Alguns governos aderiram firmemente ao método sofisticado de controlar as empresas com participações minoritárias via “*golden shares*”. Todavia, há o chamado “núcleo duro” ou conservador do controle via participação acionária. Este é composto pelas petrolíferas nacionais e algumas organizações quase militares, onde os governos preferem manter o controle majoritário. O Estado chinês possui 90% das ações da PetroChina e 80% da Sinopec (WOOLDRIDGE, 2012).

O capitalismo de Estado conta com uma nova classe de empresas estatais, as “campeãs nacionais”, que são empresas de caráter fundamentalmente privado, mas que desfrutam de apoio explícito ou dissimulado do governo, conforme ressaltado por Wooldridge (2012, p. 40):

A chinesa Lenovo gosta de pensar em si mesma como uma empresa privada de computadores, mas a Academia Chinesa de Ciências forneceu o dinheiro inicial para ela (e ainda possui um bocado de ações), e o governo interveio rapidamente para facilitar seu crescimento[...]. A brasileira Vale também se considera uma mineradora privada, mas o governo a trata como uma campeã nacional e recentemente levou seu presidente, Roger Agnelli, a se afastar.

Os capitalistas de Estado estão se tornando capitalistas financeiros porque, além de tocarem as empresas, eles também administram grandes reservas de capital na forma de fundos de riqueza soberana. Eles respondem por algumas das maiores reservas de capital do mundo e podem ser de dois tipos: fundos de “poupança”, destinados a investimentos em aplicações produtivas, e fundos de “desenvolvimento”, que também promovem o desenvolvimento econômico (WOOLDRIDGE, 2012).

Durante a crise financeira de 2008, o dinheiro aplicado em fundos destinados à criação de carteiras de ativos financeiros “virou pó”, favorecendo a predominância dos fundos de desenvolvimento que promovem e financiam o desenvolvimento econômico da região de origem. Wooldridge (2012) ressaltou que os fundos de riqueza soberana dos “Petro-estados” são direcionados para investimentos na área de ciência e pesquisa. Já os fundos de riqueza no Kuwait, Catar, Rússia, China, Cazaquistão e Irlanda foram solicitados para apoiar as instituições financeiras domésticas. Há um grande interesse dos fundos pela administração das instituições que apoiam, tanto que, algumas vezes, tornam obrigatória a existência de “cadeiras” no conselho administrativo dessas companhias.

O autor acredita que os fundos de riqueza soberana dos Estados são um passo para uma nova forma de comunicação do sistema financeiro global, que passará de um sistema radial (dois grandes centros financeiros, Londres e Nova York), a um sistema de teia, com

muitos centros interconectados. Dessa forma, eliminará a necessidade dos fundos de riqueza soberana dos diversos países fazerem transações por meio de intermediários.

3.2 DOIS CASOS DE CAPITALISMO DE ESTADO: OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A CHINA

O capitalismo (de Estado) não é sempre igual em todos os tempos e lugares. Por isso, é importante entender de que forma acontece o desenvolvimento capitalista nas diferentes sociedades, procurando avaliar suas singularidades e similitudes. Levando em conta os objetivos deste trabalho, analisa-se o caso dos Estados Unidos e da China visto que são de grande relevância para economia mundial, duas super potências econômicas, mesmo que regidas por sistemas políticos diferenciados – Estados Unidos vive em uma democracia, enquanto a China não. A análise seguirá sempre o fluxo do papel do Estado, sobrevalorizando esta variável para entendimento do desenvolvimento capitalista desses dois países.

3.2.1 Estados Unidos da América

Um pedaço da constituição dos Estados Unidos da América citada pelo ex senador George McGovern na introdução (p. 13) do livro **Economia e estado** dizia:

Nós o povo dos Estados Unidos, tendo em vista formar uma união mais perfeita, estabelecer justiça, garantir a tranquilidade interna, proporcionar a defesa comum, promover o bem-estar geral e assegurar as bênçãos da liberdade para nós e nossa posteridade, promulgamos e estabelecemos a presente Constituição para os Estados Unidos da América.”

A doutrina do *laissez-faire* – contrária à interferência do Estado nos assuntos econômicos além do mínimo necessário para manter a paz e os direitos de propriedade –, nunca foi, de fato, aplicada à economia norte-americana. A própria constituição, promulgada logo após a independência (1776) dos Estados Unidos, induzia um governo ativo, promovendo amplamente o bem-estar social geral da população, mesmo que escondida sobre a bandeira de governo limitado. Entre 1816 e 1945 o governo estadunidense utilizou essa lógica, protegendo a sua indústria nascente através da implementação de tarifas de importação de manufaturados, calcando seu processo de *catching up* industrial em políticas protecionistas e de proteção à indústria nascente. Ha-Joon Chang (2003) afirma que durante todo o século XIX até 1920, os Estados Unidos foram o país que mais cresceu devido ao protecionismo, permitindo já no início do século XX a tomada da liderança mundial na indústria –

produzindo cerca de um terço da produção industrial total. Mas é necessário clarificar o arranjo teórico do *laissez-faire* originário do processo de construção econômica, e o que se deu como ideologia empresarial no final do século XIX e início do século XX (MUSOLF, 1968).

Como apresentado no início do capítulo dois, o desenvolvimento histórico da indústria em fins do século XIX levou a uma grande concentração e centralização da produção, sendo esse também o contexto histórico em que se deu o aperfeiçoamento industrial nos Estados Unidos da América. A concorrência durante esse período tornou-se cara e instável para os capitalistas, devido ao movimento de centralização e concentração; a aparente anarquia do mercado fez com que reduzisse significativamente o grau de flexibilidade que apresentava anteriormente, diminuindo a crença no automatismo do mercado, que, até então, pautava as políticas do governo. As crises econômicas estavam ocorrendo com maior frequência e perpetuavam por períodos mais longos. Hunt (1982) observou que na primeira metade do século XIX ocorreram apenas duas crises econômicas graves nos Estados Unidos, nos anos de 1819 e 1837, enquanto na última metade do mesmo século o número aumentou para cinco (em 1854, 1857, 1873, 1884 e 1893). No século XX a periodicidade das crises econômicas continuou frequente, culminando com a Grande Depressão em 1929.

Nestas circunstâncias não é de se admirar que os capitalistas se tenham voltado para o governo como único meio de escapar de uma concorrência ruinosa de fins do século XIX e das depressões extremamente caras resultantes da anarquia do mercado (HUNT, 1982, p.427).

Hunt (1982) sintetizou a intervenção estatal verificada em fins do século XIX nos Estados Unidos de forma semelhante às conclusões que chegaram Baran e Sweezy (1978, p. 219) no seu ensaio sobre a ordem americana, o qual afirmava:

Se os efeitos depressivos do crescimento do monopólio tivessem funcionado sem controle (do Estado), a economia dos Estados Unidos teria entrado num período de estagnação muito antes do século XX, e seria improvável a sobrevivência do capitalismo na segunda metade do século XX.

A crise econômica iniciada em fins dos anos 1920 e que se propagou durante todo os anos 1930, foi um fenômeno mundial e atingiu tanto as economias capitalistas mais desenvolvidas, quanto as menos desenvolvidas. Nos Estados Unidos a crise foi representada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (redução brusca na cotação dos títulos) que acarretou na redução da produção e dos investimentos pelos empresários, que sentiam-se ameaçados com a incerteza do mercado. O processo depressivo configurou uma parada brusca na ascensão estadunidense em busca da supremacia industrial mundial. No ano em que

ocorreu o *crash* da Bolsa, 1929, os Estados Unidos respondiam a 42% da produção mundial total e em 1931 os números mostravam que a produção industrial tinha reduzido a um terço deste total. Outras consequências mais severas como a diminuição da renda nacional e do número de empregos, fizeram com que a desconfiança no mercado aumentasse. Durante o pior momento da depressão econômica (1932-1933), as taxas de desemprego atingiram o patamar de 27%, aproximadamente 12 milhões de pessoas. Muitas empresas e instituições financeiras foram levadas à falência; As pesquisas elaboradas por Hunt (1982) mostram que, aproximadamente, 85.000 empresas faliram, mais de 5.000 bancos suspenderam suas operações, os valores das ações da Bolsa de Valores de Nova Iorque caíram de 87 bilhões para 19 bilhões de dólares; a taxa de desemprego crescia em escala inimaginável; a renda agrícola caiu para menos da metade, enquanto a produção industrial reduziu em quase 50% (HUNT, 1982 e HOBSBAWM, 1995).

Procedente desse cenário pessimista, a ideologia do automatismo do mercado perdia o sentido; o liberalismo econômico estava sendo destruído e, de imediato, fazia-se necessária uma mudança drástica nas políticas empregadas. Nesse contexto, surgiu um novo paradigma de intervenção estatal na economia com a ascensão das ideias de John Mayard Keynes (1883-1946).

A Grande Depressão iniciada em 1929 arrastou-se até a eclosão da Segunda Guerra Mundial. O debate sobre as implicações políticas da Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda, de Keynes, havia ganhado espaço entre os economistas de então. Destaca-se aqui, a ascensão a presidência de Franklin Delano Roosevelt, em plena crise, e a aplicação de um conjunto de medidas¹³ que ficou conhecido como *New Deal*, que tinha por objetivo afastar os Estados Unidos da crise. Em sendo assim, à medida que o governo planificava a economia da guerra subsidiando e aumentando a produção armamentícia, o desemprego retrocedia e o discurso keynesiano era fomentado. “Todas as economias de guerra, mesmo em países capitalistas, envolvem planejamento e controle pelo Estado” (HOBSBAWM, 1995). Inicialmente, durante o período de conflito iminente, a procura militar aumenta, e, portanto, os recursos econômicos são redirecionados aos setores ligados à guerra. A procura geral por bens e serviços conseqüentemente diminui, seja por causa do aumento dos preços seja pelo racionamento que é feito nesses períodos. Toda estrutura econômica e social é afetada

¹³ As medidas tomadas por Roosevelt foram: (1) controle dos preços; (2) realização de obras públicas com intuito de geração de emprego; e (3) criação do seguro desemprego.

alterando de forma significativa as condições produtivas, que podem, inclusive, aumentar (BARAN; SWEEZY, 1978).

Em suma, a economia estava passando, naquele momento, por uma mudança estrutural fundamental na história dos Estados Unidos, alicerçando-se na produção militar e na aquisição de dívidas por parte do governo. A economia militar caracterizava-se, essencialmente, pelo estímulo à procura agregada, sem, no entanto, redistribuir a renda dos ricos para os pobres. Um aspecto fundamental deste tipo de produção era a quantidade limitada de armamentos sofisticados, cujo problema encontrava-se na obsolescência destes equipamentos. Outra característica da economia militar é que praticamente toda a produção era feita por monopólios do setor (evidenciando-se a dependência dessas empresas para com os contratos militares). Além do mais, a necessidade de um grande aparato militar era motivada pelo desejo de manter a influência no resto do mundo que fora conquistada no início do século XX (BARAN; SWEEZY, 1978).

O cenário geral aos poucos foi se modificando, passando de pessimista à otimista, do desemprego massivo à escassez de mão de obra. Essa transformação devia-se, na maior parte, em face dos gastos maciços do governo norte americano que resgataram a economia do seu estado de estagnação e depressão. A teoria de Keynes consolidou-se através da experiência da guerra, lançando as bases para reafirmação da confiança no mercado e no sistema capitalista como um sistema econômico e social viável (HUNT, 1982). A experiência da Grande Depressão e o impacto da Segunda Guerra Mundial fizeram com que o governo abandonasse a política de mera reação aos problemas econômicos e decidisse deliberar o planejamento em longo prazo para o alcance dos objetivos econômicos desejados (MUSOLF, 1968).

A orientação seguida pelo Estado norte americano durante a Segunda Guerra Mundial, assim como na Primeira Guerra Mundial, beneficiou-os largamente. Cabe salientar, que o desempenho satisfatório da economia no pós-guerra foi também devido à influência do Estado nas aquisições ligadas à defesa e aos investimentos em tecnologia e desenvolvimento, que tiveram um efeito disseminador. Os gastos estatais em pesquisa e desenvolvimento representavam em 1930, 16% do orçamento do governo, e no pós-guerra passou para quase metade (CHANG, 2003). Os gastos governamentais em ciência e tecnologia causaram impactos sobre as empresas e universidades. As empresas ligadas aos setores de computação, aeroespacial e da internet, foram visivelmente favorecidas.

Ainda assim, ao final da Segunda Guerra Mundial, havia uma atmosfera tensa envolvendo os Estados Unidos e sua aliada União Soviética. Os primeiros temiam que os segundos se associassem aos os países comunistas, criando um grande bloco de influência

regional. Esse temor deu origem à Guerra Fria, que confrontava diplomaticamente as duas grandes potências do pós-guerra. Conforme escreveu Hobsbawn (1995), o mundo encontrava-se dividido. A União Soviética exercia influência sob uma parte do globo onde ainda se encontrava o exército vermelho, enquanto os Estados Unidos exerciam influência sob praticamente todo o resto do mundo capitalista, o hemisfério norte e seus oceanos, além da velha hegemonia imperial das antigas colônias. Quando, em 1947, o exército soviético ameaçava invadir a Grécia, o governo estadunidense imediatamente enviou reforços para a região; valendo-se do momento para anunciar o Plano Marshall, que empregaria esforços econômicos a fim de reerguer a Europa e barrar o avanço comunista.

3.2.2 China

A centralização territorial chinesa começou pelo menos há 2300 anos e, apesar de fragmentações posteriores, o povo chinês manteve sua unidade lingüística e cultural tornando-se o país com a história contínua mais antiga da humanidade. A China sempre foi um estado laico, gerido por um mandarinato meritocrático e homogêneo, que se consolidou durante a dinastia Ming (1368-1644) e se pautava pela filosofia moral de Confúcio¹⁴ (551-479 a. C.). Até a segunda metade do século XIX a China não sofreu influências euro-centristas e só foi se tornar um Estado em 1912 com a proclamação da República da China (FIORI, mar. 2013).

Dando um salto na história, em 1º de outubro de 1949, após uma longa guerra civil entre nacionalistas e comunistas, Mao Tse-tung¹⁵ – líder do Partido Comunista da China (*Communist Party of China*) – declarou a República Popular da China, dando início ao período que ficaria conhecido posteriormente como a “revolução chinesa”. Após a derrota para os comunistas, aproximadamente dois milhões de nacionalistas liderados por Chiang Kai-Shek (Kuoamintang¹⁶) e a maior parte da elite chinesa refugiaram-se na ilha de Taiwan

¹⁴ Kong Fu Tse (ou Confúcio para os ocidentais) foi o progenitor que deu origem ao sistema ético-filosófico conhecido como confucionismo no século VI a.C. Fundamentava-se na prática da virtude, na valorização dos laços familiares e na harmonia com o universo. Aplicado à sociedade, o confucionismo preceituava a ordem e cumprimento dos deveres sociais para construção de uma sociedade harmônica.

¹⁵ Mao Tse-tung (1893-1976) era ideologicamente influenciado pelo marxismo-leninismo adaptando-o à realidade chinesa, tinha também seus valores apoiados na tradição chinesa milenar da doutrina confucionista.

¹⁶ Kuomintang (*Guomindang*) é o nome do Partido Republicano Nacionalista fundado no início do século XX pelo professor Sun Yat-sen (1866-1925) adepto das ideias democráticas e republicanas ocidentais. Em 1912 foi Sun Yat-sen que proclamou a República da China; suas ações como líder eram norteadas pelos princípios do nacionalismo, democracia e bem-estar. Contudo, Sun Yet-sen não

portando a prevalência da capital disponível. (VIZENTINI; RODRIGUES, 2000 e SOUZA; PIRES, 2008).

Entre 1949 e 1952 uma série de medidas foram tomadas pelo PCC para combater a fuga de capitais, reerguer o país de forma a retomar a economia e organizar a vida social e política. No âmbito da economia, o foco principal foi a contenção da inflação e reestruturação do sistema administrativo e fiscal, assim como eram metas estratégicas o aumento da produção e da produtividade agrícola. Foram implementadas a lei do casamento e do divórcio, o fim da poligamia masculina e aumentos salariais. Ademais, em 1951 o governo ocupou o Tibet. A partir de 1953, até 1957, o governo executou o I Plano Quinquenal que era baseado no modelo soviético de planejamento centralizado (nas mãos do governo) e que implicava na criação de um poderoso setor de bens de produção para viabilizar a industrialização do país, deixando em segundo plano a agricultura. A ineficiência do plano que privilegiava a indústria ficou, imediatamente, evidente. Apesar de o setor industrial ter crescido 18% ao ano durante aquele período, o setor agrícola avançava a uma taxa de só 3,8%. Isso desencadeou um processo desenfreado de êxodo rural e conseqüente crescimento urbano; os problemas de falta de estrutura habitacional e de abastecimento alimentício eram apenas alguns dos aspectos que configuravam um cenário de crise. Nesse contexto, houve uma divergência de opiniões dentro do PCC que culminou na criação do movimento intelectual “Cem flores” que incentivava a liberdade de pensamento e a crítica à burocracia do partido. No entanto, a campanha foi logo suprimida por dirigentes do Partido que enviaram os críticos para “campos de reeducação” e trabalho agrícola (MAO; SECCO, 1998 e VIZENTINI; RODRIGUES, 2000).

Visando garantir a unidade interna do Partido, na sequência do insucesso do I Plano Quinquenal, adotou-se a política nomeada de “Grande Salto para Frente” (1958-1960) que reforçava o papel da mobilização popular como engrenagem do processo de desenvolvimento econômico. Essa política contemplava a agricultura através do incentivo às comunas populares, que eram as unidades de produção resultantes da união de diversas cooperativas e famílias e também desempenhavam a função de elevar a moral socialista do povo. Os lotes de terra privados foram abolidos e fornos industriais foram instalados nas comunas com o intuito de descentralizar a produção dos diversos insumos industriais – diferentemente do modelo

pode concluir seu protótipo para o futuro chinês, pois em 1913houve um golpe de Estado que dissolveu o Kuomintang e acabou com as reformas que apontavam para uma “revolução democrático-burguesa” nos moldes dos países capitalistas ocidentais. Iniciou-se um período de ditadura comandado pelos senhores da guerra e que perdurou até 1916. Depois disso o país ficou dividido por diversas forças políticas e só voltou a uma situação “segura” em 1949 com a proclamação da RPC (MAO; SECCO, 1998).

soviético que contava com grandes unidades fabris. Entretanto, mais uma vez, o plano chinês de desenvolvimento fracassou. A economia chinesa não havia deixado de crescer durante a aplicação dessa estratégia; o malogro do plano era devido a sua incapacidade em alcançar os objetivos propostos, além de retornarem às políticas de centralização, incentivo a indústria e cultivo individual da terra (MAO; SECCO, 1998 e SOUZA; PIRES, 2008).

Em novembro de 1960, as relações entre URSS e a China foram rompidas. A discordância entre os dois partidos comunistas vinha sendo gestada por um longo período, no entanto, elas foram encobertas pela conjuntura mundial da Guerra Fria e a aplicação da Doutrina Truman na Ásia pelos EUA; além do mais, o reconhecimento de Taiwan como o governo legítimo chinês pela ONU reforçou o isolamento internacional da China e estreitou as relações sino-soviéticas. A ascensão de Nikita Krouchov ao poder, em 1953 na URSS, e suas políticas de desistalinização, pôs em evidência as divergências ideológicas entre os comunistas chineses e os soviéticos. Apesar disso, quando em 1954 os EUA anunciaram o tratado de defesa mútua com Taiwan, impedindo qualquer possibilidade de restituição da ilha pelo PCC, as relações sino-soviéticas ganharam força e resultaram na firmação um tratado político, econômico e militar defensivo.

Ao longo dos anos 1960 a China sofreu com o isolamento, visto que ainda era um país sem reconhecimento diplomático internacional; levando em conta o contexto tenso o qual estava inserida, sentia uma grande necessidade de desenvolver armas atômicas para se defender de um possível ataque norte-americano. No ano de 1964 foi realizado o primeiro teste de bomba atômica e de bomba de hidrogênio pelos chineses, proporcionando-lhes o título de potência militar. Em meio a este contexto internacional no qual a China encontrava-se inserida, havia ainda o problema da falta de alimentos para a população por causa da produção agrícola estagnada, deixando o país dependente da importação de grãos. Nessas condições de isolamento e restrições de oferta agrícola, surge, em 1966, no interior do PCC uma política denominada de “revolução cultural”, a qual pretendia romper com os valores tradicionais do país, instituir uma sociedade igualitária, superar a dicotomia entre a cidade e o campo e extinguir os resquícios burgueses da sociedade. Para tanto, houve a fixação da população jovem urbana nas regiões rurais, iniciando um movimento populacional de migração para o campo. A política da Revolução Cultural desacelerou a economia e permitiu que as propriedades rurais absorvessem grandes quantidades de mão de obra. No entanto, tal política gerou um impasse na sociedade e dentro do próprio partido; por isso, em 1969 a Revolução Cultural foi formalmente encerrada por receio de fragmentar ainda mais a sociedade e o PCC (MEDEIROS, 1999 e SOUZA; PIRES, 2008).

Tendo em vista os problemas estruturais da China, os anos 1970 iniciaram com uma capacidade de importar baixa, associado ao alto grau de dependência da importação de alimentos, tornando-se necessário para as políticas do governo uma pauta que contemplasse a expansão da capacidade produtiva agrícola. No ano de 1972 o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, viajou à China para firmar uma aliança estratégica entre ambos os países, cujo objetivo era refrear o papel exercido pela URSS no continente asiático, com a assinatura do “Comunicado de Xangai”. A partir de então, a China passou a substituir Formosa (Taiwan) na ONU. Essa virada política permitiu que o governo chinês iniciasse uma maior integração junto a economia mundial, assim como uma maior modernização das estruturas econômicas do país. De acordo com Souza e Pires (2008), entre os anos de 1972 e 1978 o intercâmbio comercial chinês avançou 348%. Os autores também elucidam que foi implementado um plano em 1972 que previa a transferência de tecnologia por meio da compra de plantas industriais, como a *Nippon Steel* para a produção de aço e a *Rolls-Roice*, para a fabricação de turbinas de jatos. Essas ações configuraram o início da abertura e das reformas econômicas, sob o governo maoísta. (MEDEIROS, 1999 e SOUZA; PIRES, 2008).

No ano de 1976 o líder Mao Tse-tung faleceu, ascendendo em seu lugar Deng Xiaoping, que iniciou uma era de modernizações na China. Mao e Secco (1998, p. 64) afirmam que “Deng Xiaoping foi um líder comunista dotado de grande habilidade política”, pois percebeu que “o sistema socialista exigia reformas profundas, que combinassem o papel regulador macroeconômico do Estado com a economia de mercado”. Em 1978 foi realizada a política das quatro modernizações: indústria, agricultura, defesa, ciência e tecnologia, sem renunciar ao ideal de construção de uma sociedade comunista. No âmbito industrial, uma das primeiras medidas implementadas e que consumiu boa parte do orçamento do governo, em 1980, foram as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), as quais abrigavam empresas estrangeiras a partir de isenções fiscais para instalação das mesmas. Criaram-se também distritos de desenvolvimento econômico e técnico, semelhantes às ZEE. Essas zonas ofereciam aos investidores todos os serviços básicos por parte do governo, como estradas, água encanada, eletricidade e telefonia, além da mão de obra barata. Havia também as *joint ventures*, que eram parcerias entre o Estado chinês com investidores estrangeiros, objetivando, principalmente, a importação de tecnologia, bens de capital e o aprendizado de técnicas gerenciais modernas. Houve um forte aumento das exportações de bens de consumo duráveis (controlava-se, para tanto, o ingresso de investimento estrangeiro nas atividades de exportação), proteção do mercado interno e a construção de grandes obras públicas de infraestrutura. Segundo Mao e Secco (1998, p. 65), tratava-se de uma abertura planejada, cuja

política industrial era “o Estado diz onde, quando e em que área o capital privado deve investir”.

A modernização da agricultura foi mais moderada haja vista a herança maoísta arraigada na classe camponesa, desde a política do Grande Salto para Frente, a qual, apesar do fracasso econômico, difundiu uma ideologia igualitarista e a associação entre a indústria e o campo. Nesse sentido, a estratégia do governo manteve as comunas populares, que dispunham de equipamentos – tratores, depósitos, sementes, adubos, etc –, o Estado participava com assistência técnica, crédito e infra-estrutura – eletricidade, água, transporte, educação e saúde –, parte da produção era devolvida para o Estado, parte era destinada ao auto-consumo e o excedente poderia ser comercializado no livre mercado. Essa estrutura permitiu que a produção de grãos crescesse cerca de 304 milhões de tonelada/ano, em 1978, para 466 milhões em 1995 (MAO; SECCO, 1998).

Avançando nas reformas econômicas, em 1984 o governo propôs um sistema misto em que houvesse ao mesmo tempo o planejamento central e o mercado. Deste momento em diante liberaram-se os preços e as empresas privadas dispuseram de uma maior autonomia. O intuito era atingir um equilíbrio conjuntural a partir da regulação macroeconômica (política fiscal e creditícia). Nesse sentido, em 1987 o Congresso chinês estipulou que a função econômica do Estado era de regular o mercado, e a do mercado, o de guiar as empresas. Já em fins da década de 1980, após dez anos de liberalização, a economia havia progredido. “A China já era o país de maior crescimento econômico do planeta e concentrava a atenção do mundo” (MAO; SECCO, p. 68). Mesmo assim, até o início da década seguinte empregaram-se esforços na reestruturação das empresas estatais que, gradativamente, passaram a adotar técnicas de gestão ocidentais e a se pautar pela eficiência e lucratividade, mas ainda subordinadas ao planejamento central. As maiores empresas estatais encontravam-se nos setores como refino de petróleo, química, carvão e máquinas e equipamentos (MEDEIROS, 1999).

No início dos anos 1990 foi criada a Bolsa de Valores de Xangai e Hong Kong. A partir de 1992 teve início uma onda de reformas institucionais, sendo uma das reformas, o controle por parte do governo das negociações de ações das empresas estatais na Bolsa de Valores de Hong Kong. Em 1993 foi lançada uma lei que regularizava o lançamento de ações e o controle acionário, o controle de muitas empresas estatais foi transferido aos gerentes e trabalhadores, enquanto outras empresas foram transformadas em sociedades por ações – controladas pelo Estado e geridas de maneira autônoma pelos gerentes – algumas das empresas, ainda, foram transferidas ao controle privado; essa estratégia ficou conhecida como “reter as grandes, soltar as pequenas” (SOUZA; PIREZ, 2008). Em 1994 foi feita uma

reforma fiscal e tributária, e ainda, uma reforma financeira; iniciaram-se operações de *open-market*, conduzidas pelo Banco Central, e abriu-se o mercado de títulos. No ano de 1995 foi realizada uma reforma bancária que ampliou a autonomia e especialização dos bancos estatais; em 1996 criou-se um novo programa de previdência social e houve a ampliação do seguro desemprego (MEDEIROS, 1999). Em 1997 faleceu Deng Xiaoping, mesmo ano em que a crise asiática assolou a economia chinesa, provocando inflação e declínio das exportações. Por isso, em 1998 e 1999, o governo aumentou o gasto público e afrouxou o crédito dos bancos público e as empresas estatais aumentaram seus investimentos (MEDEIROS, 2006)

Medeiros (1999, p. 403-404) sintetizou como o governo chinês conduziu a economia, o mercado e o plano estratégico durante o período de reformas da seguinte forma:

Num pólo, aumentou o planejamento da economia através de empresas estatais voltadas à maior integração do mercado interno e a uma maior divisão nacional do trabalho. Num outro pólo, reforçou-se a autonomia das empresas de vilas e municípios e dos camponeses na produção e comercialização a preços de mercado. Num pólo, predominou o controle sobre o câmbio e o monopólio estatal sobre as importações; no outro, a liberdade de investimento, importações e exportações nas Zonas Econômicas Especiais. Num pólo, os preços dos insumos básicos e alimentos permaneceram administrados; no outro, aumentou progressivamente o número de itens sem controle administrativo de preços.

Desde a proclamação da República Popular da China em 1949, a economia do país foi guiada pelo ritmo dos investimentos em capital fixo das empresas estatais e as restrições decorrentes de choques exógenos, desequilíbrios setoriais (preço dos alimentos), etc. Com as reformas implementadas por Deng Xiaoping em 1979, a agricultura chinesa passou por um choque de produtividade, que proporcionou o crescimento potencial da economia e reduziu sua volatilidade. Os investimentos públicos e as empresas estatais configuraram o principal eixo de desenvolvimento da economia chinesa. Nos anos 1990 a principal estratégia do governo foi selecionar empresas estatais de setores estratégicos e se desfazer das empresas menores, procurando investir montantes de dinheiro nas selecionadas. Ademais, foram criadas zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico, as quais passaram a receber massivos investimentos em modernização da infra-estrutura como a criação de parques industriais de alta tecnologia.

A crise financeira de 2008, iniciada nos Estado Unidos, trouxe elementos para repensarmos o padrão de intervenção estatal na economia, e qual o papel do Estado numa sociedade capitalista. A reportagem publicada na revista *The Economist* procurou debater nesse sentido, no entanto, introduziu uma nova variável, qual seja, o capitalismo de Estado. O

autor da reportagem, Wooldridge, não esclarece qual conceito de capitalismo de Estado utiliza para a análise dos casos, deixando os leitores confusos. Pode-se inferir, a partir da análise de Wooldridge (2012), que após a crise economia de 2008, há um consenso de que a presença do Estado é importante.

O estudo dos casos dos Estados Unidos da América e da China mostra que a presença do Estado no desenvolvimento capitalista não é retórica. Pelo contrário, em ambos desenvolvimentos, o Estado gerou as condições necessárias para a acumulação de capital e para a manutenção da ordem estabelecida; ao que parece, esse sempre foi a principal função do Estado. O que diferencia as formas de intervenção ao longo do período estudado são as mudanças na forma como o Estado induz o processo de acumulação.

O próximo capítulo estuda o caso brasileiro, através de uma revisão histórica que contempla os anos de 1930 a 2002. Retomar-se-á a teoria de Aloísio Teixeira, procurando aprofundar sua análise para este período. Por último, será revisto de forma sucinta o desenvolvimento recente da economia brasileira que compreende o período de 2003-2010.

4 CAPITALISMO DE ESTADO E MODELO POLÍTICO NO BRASIL

Após analisar as origens históricas e conceituais do capitalismo de Estado nas suas mais diversas vertentes e examinar o ressurgimento do debate, o presente capítulo pretende analisar como o Brasil se encaixa no tocante a tal temática.

Para dar seguimento ao esquema utilizado ao longo deste estudo, retomar-se-á, de forma sucinta, o contexto histórico do desenvolvimento do papel do Estado no Brasil bem como a sua relação com a política e a economia. A análise terá início no período da industrialização, em meados dos anos 1930, passando pelos anos em que prevaleceram políticas econômicas de cunho desenvolvimentista, no qual os brasileiros estavam acostumados com taxas de crescimento constantes, e chegando à década de 1980, quando esse crescimento foi brutalmente interrompido, dando início a uma interminável sucessão de crises.

Retomar-se-á interpretação e a crítica da teoria do capitalismo de Estado de Aloísio Teixeira (1983), presente no primeiro capítulo deste trabalho, com o objetivo de aprofundar a avaliação feita pelo autor para o caso brasileiro.

Em última análise, examinar-se-á a história mais recente do Estado brasileiro, em especial os anos 2000, o governo Lula (2003-2006 e 2007-2010). O cerne é observar as novas formas que o Estado brasileiro tem assumido após a superação da crise crônica que se iniciou em 1980 no Brasil, e mais especificamente, após o início da crise que tem abalado a economia mundial desde 2008. Procurar-se-á confrontar os fatos do desenvolvimento recente com a teoria de Aloísio Teixeira no intuito de verificar alguma modificação nos resultados obtidos pelo autor até 1980.

4.1 O ESTADO NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO (1930-1979)

Os anos 1930 representaram, no Brasil, o início de um ciclo de expansão e transformações intensivas que durou até 1980. Em 1929 o cenário econômico mundial era de crise, o colapso das exportações seguido pelo *crash* da Bolsa de Nova Iorque levou o Estado brasileiro a criar um novo padrão de crescimento econômico, dando início ao período de industrialização. O governo controlou, parcialmente, os efeitos da crise, comprando e queimando os estoques cafeeiros e criando dificuldades à importação, dessa forma, incentivou o investimento industrial nos anos críticos da recessão. De acordo com Andrade (1981), no período inicial da depressão o produto caiu menos de 10%, mas já em 1933 restabelecia os

níveis de 1929. Além da rápida superação da crise, as medidas adotadas pelo governo criaram condições favoráveis para o investimento no mercado interno colocando, dessa forma colaboraram para uma mudança estrutural da economia brasileira com a superação do modelo agroexportador em favor da indústria e do mercado interno, dando início ao processo de substituição de importações.

Num primeiro momento, o crescimento da produção industrial foi sustentado pela capacidade ociosa existente, e em seguida, pela importação de máquinas usadas a preços irrisórios. A produção de bens de capital passou a ser feita internamente, fato inédito para uma economia essencialmente exportadora. Pela primeira vez, conjugava-se demanda de bens de capital com restrição de importar (CORRÊA, 2008).

Em 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência do país, comprometendo-se fortemente com a política de promoção da nova estrutura produtiva. A partir de então, foram criadas diversas instituições estatais para formular e implementar políticas setoriais; da mesma forma foram instituídas agências que serviram de suporte para o aprimoramento da capacidade estatal de diagnosticar e monitorar o desenvolvimento econômico, incluindo-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento de Administração do Serviço Público. Em relação a tais aspectos, pode-se afirmar que a burocratização do processo decisório configurou uma nova característica do Estado brasileiro durante o seu processo de desenvolvimento capitalista. No ano de 1945 foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) com funções de Banco Central. Seguindo a tendência concentradora e centralizadora do poder a partir das fortes estruturas político-administrativas, legitimou-se o caráter autoritário do Estado. Esses traços autoritários foram acentuados e guiaram a política econômica até o início da década de 1950 e resultaram em uma estrutura industrial relativamente moderna e completa. É importante lembrar que em 1951, durante o segundo governo Vargas, foi instaurada a Comissão Mista Brasil/Estados Unidos para Desenvolvimento Econômico (CMBEU) que tinha por finalidade estudar os problemas básicos da economia brasileira e sugerir projetos de desenvolvimento. Em 1952, destaca-se a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), como principal contribuição da CMBEU. (CASTRO, 1994 e CORRÊA, 2008).

A partir da década de 1950 a intervenção estatal mudou substancialmente tanto em abrangência, quanto em magnitude, passando a desempenhar um papel mais ativo na estruturação industrial e na forma de relacionamento com os países industrializados. O Estado passou a ser o principal investidor produtivo. Andrade (1981) afirma que os investimentos públicos no período de 1956-1960 atingiram o patamar de 35,6% do total, em virtude da

aplicação de capitais nos setores de energia elétrica e infra-estrutura, um excepcional e rápido crescimento se comparado com o período de 1952-1956, quando esse investimento representava 25,8% do total. Destaca-se como um dos principais resultados desse aumento da participação do investimento estatal a criação da monopolista estatal Petrobrás, em 1953. A forma pela qual o Estado financiou esses investimentos foi através da ampliação da carga tributária e criação de fundos específicos para os setores contemplados, além do usufruto de ferramentas fiscais e monetárias como a emissão de moeda (ANDRADE, 1981 e CORRÊA, 2008).

A liderança dos investimentos pelo Estado estava inserida dentro do contexto dos objetivos do Plano de Metas (1956-1961) do governo Juscelino Kubitschek, que buscavam definir uma estratégia geral para o crescimento e desenvolvimento econômico do país. A principal característica desse governo, que repercute até hoje na vida política e econômica do país, é a associação junto ao capital internacional como “motor de arranque” da economia (MANTEGA; MORAES, 1979 citado por TEIXEIRA, 2011). O padrão de acumulação empregado pela política econômica de JK, alicerçado na entrada de capitais estrangeiros, lançou as bases para a produção industrial de bens de consumo duráveis, até então não contemplada pelas políticas industriais.

Amplas medidas foram tomadas pelo governo para que houvesse a interpenetração do capital financeiro internacional em território brasileiro e a articulação do mesmo com capital privado nacional. A Instrução 113 (17 de janeiro de 1955) da SUMOC prescrevia a entrada de recursos externos sem cobertura cambial, garantindo ao investidor estrangeiro a possibilidade de importação de equipamentos segundo classificação prioritária do governo. “Por tal mecanismo impelia-se o capital nacional a associar-se às multinacionais, de modo a usufruir de vantagens equivalentes” (MENDONÇA, 2000, p. 334 citado por TEIXEIRA, 2011, p. 56). Outras medidas favoráveis como a taxa de câmbio diferenciada para a remessa de lucros, reduções e isenções tarifárias, além de uma legislação oportuna para o registro de capital foram essenciais para a firmação do capital internacional (TEIXEIRA, 2011).

Os investimentos estrangeiros diretos eram destinados, sobretudo, aos grandes empreendimentos industriais dos setores automobilísticos, estaleiros, mecânica pesada e siderúrgicas. As tecnologias intensivas em capital associadas àqueles investimentos internacionais configuravam um empecilho à entrada de capitais de pequeno porte nos setores, facilitando o processo de monopolização. Em face disto, poder-se-ia inferir que haveria uma diminuição do dinamismo dos grandes investimentos, entretanto, levando em conta as complementaridades internas e a economia em plena expansão, o efeito foi contrário,

potencializando o grau de desenvolvimento econômico. Em princípio, todos se beneficiaram dos investimentos estrangeiros; até 1959 os salários cresceram, embora em proporção menor que a produtividade; o mercado de trabalho industrial também se expandiu, inundando a área urbana com novos postos de emprego. Por estas e outras razões foi que esta década ficou posteriormente conhecida como o pleno sucesso desenvolvimentista (ANDRADE, 1981).

O Plano de Metas, em suma, desenvolveu a indústria de base, com predominância do capital estatal que forneceu os serviços de infraestrutura e os insumos básicos através de recursos advindos do aumento dos tributos e de ferramentas fiscais e monetárias. E, incrementou a produção de bens de consumo duráveis, liderado pelo capital estrangeiro – que possuía uma alta composição orgânica, colocando empecilhos à entrada de capitais de pequeno porte no setor e facilitava a monopolização. Estes últimos obtinham uma lucratividade elevada devido às proteções legais existentes, aos baixos salários e à inflação. Não obstante, as distorções causadas pela alta da inflação, pelo balanço de pagamentos deficitário e por outras imprevisibilidades escondidas pelo sucesso do Plano, levaram a um entrave na economia no início da década de 1960, que seguida por uma crise iniciada em 1962, culminaram drasticamente com o Golpe de 1964 (TEIXEIRA, 2011).

O início da década de 1960 representou um retrocesso em relação ao período anterior. O legado negativo do governo JK como o aumento do custo de vida dos trabalhadores, a política inflacionária baseada na emissão de moeda, o aumento da dívida externa, o êxodo rural e a subordinação do país ao controle do capital monopolista, configuravam um cenário de dificuldades tanto econômica, quanto dentro do próprio aparelho estatal. Houve uma brusca diminuição dos investimentos, chegando o setor industrial a apresentar, em 1963, crescimento negativo.

Com a instalação do regime autoritário e militar em 1964, foi colocado em prática o novo Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que previa uma série de reformas entre os anos de 1965-1967, o qual viria a sustentar mais um ciclo de expansão industrial associado ao processo de concentração bancária. As medidas do plano seguiram o modelo de crescimento colocado em prática desde 1955 – que favorecia as grandes empresas – todavia, de forma mais eficiente, levando à consolidação da estrutura industrial. O projeto potencializou a concentração de capitais e procurou priorizar o combate à inflação através do arrocho salarial e do estabelecimento de preços oligopolistas (contendo e diminuindo as pequenas e médias empresas); ademais, aumentou os subsídios ao grande capital, favorecendo a formação de conglomerados através do Tesouro Nacional e do mercado financeiro. Dentro deste contexto foram criados o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o Banco Central do

Brasil, que substituiu a SUMOC, tendo como objetivo principal sofisticar o processo de coordenação das políticas monetária e creditícia do país (TEIXEIRA, 2011).

Outro mecanismo criado pelo governo militar em meados da década de 1960 foi o “Sistema Financeiro de Habitação (SFH), constituído de um ‘banco central’ (Banco Nacional de Habitação – BNH) e de instituições e instrumentos específicos para empréstimos e captação de recursos a médio/longo prazos no sistema financeiro, tais como as letras imobiliárias e as cadernetas de poupança” (SUZIGAN, 1988, p. 8). Essas medidas estão no âmago do *boom* de construções residenciais que foi verificado. A demanda de consumo também se expandiu como resultado da elevação dos níveis de emprego e pelas facilidades de financiamento e crédito ao consumidor, oportunizados pelo aperfeiçoamento do sistema financeiro privado.

Nos anos 1970 os níveis de intervenção estatal continuaram elevados. Em 1971 o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), acentuou ainda mais a tendência intervencionista. O programa macro expansionista, cunhou-se basicamente em investimentos nas áreas de infraestrutura energética, transportes, comunicações, urbanização e saneamento básico, além dos investimentos diretos de empresas estatais em indústrias de base como a mineração e a exploração de petróleo, siderurgia, química, petroquímica e fertilizante, e por fim, armamentos e aeronáutica (SUZIGAN, 1988).

De acordo com Suzigan (1988, p. 7-8), o subsídio do Estado à indústria, que ajudou amplamente na formação do capital industrial durante este ciclo se deu de três formas: (1) isenções ou reduções de tarifas aduaneiras e demais impostos (IPI, ICM) incidentes sobre a importação de máquinas e equipamentos destinados a projetos industriais aprovados pelo conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) ou por órgãos setoriais de desenvolvimento; (2) subsídios implícitos nos financiamentos (correção monetária pré-fixada em limites inferiores às taxas de inflação) de longo prazo para investimento industrial, concedidos pelo BNDE (destinado, principalmente, para as empresas nacionais privadas); e (3) incentivos fiscais, administrados por órgãos regionais de desenvolvimento, com objetivo de investir em regiões menos desenvolvidas.

Estimulada por essas medidas a indústria expandiu-se com rapidez; a inflação que em 1966 era de 40%, diminuiu para 15,5% entre 1972-1973. O Estado fortaleceu sua capacidade controle do fluxo de investimentos através do controle do sistema financeiro e de fases estratégicas do processo produtivo. Houve uma maior integração dos setores público e privado; o Estado assumia cada vez mais os riscos de projetos de grandes investidores (ANDRADE, 1981).

Na segunda metade da década de 1970, a economia começava a apontar sinais de dificuldades. Até 1976 as taxas de investimento público mantinham-se elevadíssimas, entretanto, causando um nível também alto de tensão financeira; as empresas estatais passaram a buscar financiamento no mercado de eurodólares. Em parte, a tensão refletia o cenário econômico mundial, que sofria as consequências do aumento do preço do petróleo (primeiro choque do petróleo) e o arrefecimento internacional. Mesmo que as expectativas apontassem para uma possível crise, a taxa de crescimento, estimulada pelo II PND (1975-1979), continuava constante, em torno de 6 a 7%; a inflação começava a despontar, mas o orçamento federal mantinha-se equilibrado e os salários estavam controlados. O planejamento de um novo ciclo de investimentos públicos e privados nas indústrias de insumos básicos e bens de capital, ainda que à custa de um maior endividamento externo, permitiu integrar a estrutura da indústria e finalmente consolidar a industrialização no país (ANDRADE, 1981 e SUZIGAN, 1988).

Após cinquenta anos de políticas desenvolvimentistas e crescimento contínuo, formou-se no Brasil uma sólida estrutura industrial, relativamente avançada e integrada, apoiada na articulação entre os capitais estatal, privado nacional e estrangeiro. O Estado especializou-se e ampliou seu espectro de instituições (bancos, empresas, e agências de fomento), de forma competente, liderando o processo produtivo. Mesmo com a modernização econômica e institucional, os resultados do ponto de vista social e financeiro foram, negativamente, reveladores. O processo de centralização financeira, imprescindível para a monopolização, não acompanhou a expansão da capacidade produtiva do país; legando ao período subsequente o fim de um longo ciclo de crescimento constante, no qual o Brasil passou de uma economia bem sucedida, a uma interminável sucessão de crises (FIORI, 1992).

4.2 CRISE DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA E O NEOLIBERALISMO (1980-2002)

O início dos anos 1980 trouxe consigo um escopo de problemas, herdados das contradições presentes na estratégia de crescimento e modernização liderada pelo Estado desenvolvimentista nos cinquenta anos anteriores. A situação foi agravada na medida em que era utilizada uma “combinação de desaceleração continuada da taxa de investimentos com hiperaceleração inflacionária e esgotamento da capacidade de endividamento externo; estrangulamento fiscal da possibilidade de gasto público com a exaustão do regime autoritário e uma difícil transição para a democracia” (FIORI, 1992, p. 82).

O Estado passou a exercer papel passivo em relação à indústria, não havendo definição de uma estratégia de longo prazo, o que levou a uma recessão industrial entre 1981-1983, chegando o produto a cair cerca de 17%. O principal objetivo da política econômica era a obtenção de mega saldos comerciais para pagar o serviço da dívida externa. Nesse sentido, o governo adotou uma receita ortodoxa do Fundo Monetário Internacional (FMI) reduzindo os níveis de demanda no mercado interno para que houvesse geração de excedentes exportáveis, incentivados por medidas agressivas de política cambial, com vistas a aumentar a rentabilidade das atividades voltadas para a exportação; manutenção do sistema de incentivos e subsídios à exportação de manufaturados; controle mais severo de importações, principalmente através de barreiras não-tarifárias; política salarial que implicava persistente arrocho. Para completar, foram feitos cortes nos gastos com investimentos públicos acompanhados de uma política monetária rígida, com restrições ao crédito e elevação da taxa de juros, que acabaram por desestimular o investimento privado (SUZIGAN, 1988).

De acordo com Sallum (2003), as medidas adotadas produziram uma crise política que diluiu o governo, uma vez que ia de encontro aos valores da velha coalizão desenvolvimentista que enxergava o crescimento econômico como valor básico a ser alcançado através das empresas estatais, que eram utilizadas como base de sustentação. Tais medidas foram consideradas recessivas, inflacionária e “injusta”, pois evitava onerar os credores externos, repassando os custos do pacote de ajuste para a sociedade, principalmente para os cidadãos assalariados e para as empresas estatais. A esta mesma conclusão chegou Andrade (1981, p. 27):

Na raiz dos processos descritos descobre-se uma barganha tácita entre governo e o grande capital. O governo pede às grandes empresas e credores externos que não repatrie capital e lucros, que não abandonem planos de investimentos, que não sejam intransigentes nos termos dos financiamentos, que não demitam muitos trabalhadores, que não se impacientem demais com a inflação, que não retirem a confiança no governo. Em troca, o governo assegura a reprodução de um capital-moeda até que soluções reais sejam encontradas e um novo período de expansão tenha início.

Em 1984 houve um aumento das exportações de manufaturados, que ajudou na recuperação da produção industrial, no entanto, à custa de uma desvalorização cambial, restrição à demanda interna e compressão salarial. Essa era a afirmação da nova “estratégia” do governo, que passara a adotar políticas macroeconômicas de curto prazo – ao invés das de longo prazo – que, periodicamente ludibriam o mercado e a sociedade, criando um falso dilema entre mercado interno *versus* mercado externo. Contudo, a oposição da velha coalizão desenvolvimentista frente à essas novas políticas do governo, resultou numa onda de revoltas;

primeiramente nas empresas estatais, de forma indireta (devido ao caráter do regime autoritário); em seguida, no empresariado privado, que se opôs aos ajustes governamentais e aderiram a projetos alternativos. Essas reações, no âmbito da elite empresarial e das empresas estatais, deram forças para a oposição político-partidária que empregaram esforços para mobilizar as classes médias e populares na luta contra o regime militar. Esse tumulto político culminou em março de 1984 na campanha “Direta Já”, em favor da democratização política (SUZIGAN, 1988 e SALLUM, 2003).

A campanha das Diretas reorientou o projeto do Estado a partir de valores democráticos, permitindo a eleição presidencial no final de 1984, dando início no Brasil ao período da Nova República. Entre 1985 e 1987 o Estado tentou voltar a orientar o desenvolvimento industrial, preocupando-se em viabilizar a inserção competitiva no mercado internacional e ampliar o mercado interno através da formulação de políticas industriais que trabalhavam, principalmente, em cima das questões da produtividade e eficiência da indústria. Mas, no fim nenhuma estratégia efetiva foi implementada, mostrando a total falta de consenso em torno das metas estabelecidas, além da não articulação entre o Estado, iniciativa privada, comunidade acadêmica e outros estratos. No mês de fevereiro de 1986, foi lançado o Plano Cruzado (reformulado em meados de 1987), e em 1989 o Verão, como tentativas de superar a instabilidade econômica. Ademais, em 1987, o Governo definiu programas de investimento que durariam até 1995, para os setores petroquímico, siderúrgico, papel e celulose e fertilizantes (SUZIGAN, 1988 e SALLUM, 2003).

A trajetória dos primeiros anos de democratização acarretou um retrocesso do processo de desenvolvimento. O Estado continuava a proteger o mercado interno, porém a economia não apresentava o dinamismo anterior; assim, não havia incentivo ao investimento, nem entrada de capital estrangeiro, além de o Estado ter perdido sua capacidade de investir. As empresas estatais não possuíam mais a capacidade e autonomia do período desenvolvimentista, subordinando-se aos objetivos governamentais do “ajustamento”, que visava produzir insumos de preços baixos para combater a inflação e ajudar o setor privado a produzir saldos crescentes no comércio exterior. De acordo com Sallum (2003), a desorganização tanto da economia quanto das finanças públicas geraram flutuações súbitas no crescimento do PIB, uma redução do crescimento econômico médio além de intensas pressões inflacionárias. Em síntese, a Nova República representou um sistema politicamente instável, em que não havia articulação sólida entre as condições econômicas, o âmbito sociopolítico e a dimensão institucional, uma década perdida caracterizada por estagnação econômica e altas taxas de inflação (SALLUM, 2003).

Deste momento em diante, começaram a ser introduzidas as ideias liberais que questionavam a intervenção do Estado e exigiam a desregulamentação econômica, acolhida mais efetiva ao capital estrangeiro, privatização das empresas estatais, etc. Nesse sentido, na visão de Sallum (2003), o ano de 1989 foi um marco divisório entre dois momentos de transição política brasileira. As eleições de 1989 para a presidência, pela primeira vez em trinta anos realizada com total liberdade de expressão e reunião, constituíram a maior participação das classes populares e das camadas médias na política; além disso, a campanha eleitoral expressiu a polarização ideológica sobre dois tipos de ideais de democracia. Por um lado, àqueles que tinham a liberalização econômica como cerne de suas propostas e defendiam a democracia representativa, tendo como figura principal Fernando Collor de Mello. Do outro lado, representados por Luiz Inácio da Silva (Lula), enfatizava-se o caráter limitado da democracia representativa – que só permitia atuação popular em épocas eleitorais – e predominava a ideia de avançar em direção a formas mais participativas de democracia (SALLUM, 2003).

A vitória de Fernando Collor de Mello deu impulso ao processo gradativo de liberalização econômica e privatização, redirecionando a economia em um sentido anti-estatal e internacionalizante. Houve uma diminuição das tarifas alfandegárias e as barreiras não tarifárias à importação foram suspensas. Ao mesmo tempo, programou-se a desregulamentação das atividades econômicas e a privatização das companhias estatais que não eram protegidas pela constituição (o objetivo aqui era de recuperar as finanças públicas e reduzir o papel do Estado no incentivo à indústria doméstica). A integração regional também constituiu parte das políticas do governo, instituindo-se em 1991 o Mercosul. Essas medidas procuravam amplamente, destruir a forma pela qual havia se atingido o desenvolvimento até o início dos anos 1980, “cuja pretensão era construir uma estrutura industrial completa e integrada, usando o Estado como escudo protetor ante a competição externa e como alavanca do desenvolvimento industrial e da empresa privada nacional” (SALLUM, 2003, p. 42). Como prova disto, no mesmo ano abandonou-se o tradicional regime de substituição de importações, abrindo a economia e privatizando empresas estatais. No entanto, as medidas de cunho liberal não ajudaram a superar a crise da década de 1980, contraditoriamente às promessas de superação da crise, o governo Collor contribuiu drasticamente para o aprofundamento da mesma.

Em outubro de 1992 Collor renunciou à presidência, logo após a falha do Plano Collor que visava estabilizar a moeda através do congelamento dos preços e confisco provisório das classes médias e empresariais. A redução dos gastos do governo por meio de demissões em

massa dos servidores desorganizou a administração pública e levou ao caos econômico. Neste turbilhão de mudanças, assumiu Itamar Franco que em face do caos econômico, político e social, procurou realizar um mandato transparente atendendo às demandas da sociedade.

No início de 1994 foi lançado o Plano Real visando a estabilização e reformas econômicas. Dentre as medidas, instituiu-se uma moeda paralela, a Unidade Real de Valor (URV), a qual estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, indexou e sincronizou os preços e salários, criando, nas palavras de Sallum (2003, p. 44) “uma espécie de hiperinflação de laboratório”. O sucesso do plano real “elegeu” Fernando Henrique Cardoso (FHC) nas eleições de 1995 que deu continuidade ao liberalismo econômico, porém, de forma moderada. Sallum (2003, p.44) definiu as características do governo sob orientação de FHC da seguinte forma:

O Estado deveria transferir quase todas suas funções empresariais para a iniciativa privada; teria que expandir suas funções reguladoras e suas políticas sociais; as finanças públicas deveriam ser equilibradas e os incentivos diretos às companhias privadas seriam modestos; haveria também restrição aos privilégios existentes entre servidores públicos; e o país deveria intensificar sua articulação com a economia mundial, embora dando prioridade ao Mercosul e às relações com os demais países sul-americanos.

O propósito de tais medidas era acabarem com os vestígios do Estado desenvolvimentista, presentes ainda institucionalmente na constituição de 1988. Para tanto, reduziram a participação estatal na economia dando tratamento igual às empresas de capital estrangeiro e nacional. Através de uma reforma constitucional, aprovada pelo congresso, o governo conseguiu praticar a política de tratar capitais diferentes como iguais. Eis as mudanças que permitiram as reformas constitucionais feitas pelo governo FHC:

a) o fim da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela PETROBRÁS, que se tornou concessionária do Estado (com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas); c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites, etc.) a empresas privadas (antes empresas públicas tinham o monopólio das concessões) (SALLUM, 1999, p. 32).

Dentro desta lógica, foram privatizadas as empresas estatais como a Embraer, Telebrás, Vale do Rio Doce e outros inúmeros bancos estaduais e municipais para obter-se maior competitividade e eficiência no setor privado e melhorar a condição fiscal; no total 80 empresas foram privatizadas, somando, quase 15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional foram transferidos para o setor privado. Contudo, mesmo com a privatização dessas empresas,

não foi possível conter a dívida pública; mesmo com os investimentos estrangeiros diretos, o governo não obteve os resultados desejados. A crise cambial entre os anos de 1995 e 1998 no México, Ásia, e Rússia, agravou a situação, haja vista a dependência dos capitais estrangeiros de curto prazo, levando o Estado a programar uma nova série de ajustes.

Houve perda de grandes reservas internacionais durante essas crises cambiais; em contrapartida o Governo agiu de forma semelhante mantendo a estabilidade da moeda elevando drasticamente os juros, objetivando a preservação das reservas e desaceleração da atividade econômica interna, bem como ajustando o desequilíbrio externo. Embora tenha conseguido preservar o valor da moeda e controlar a inflação, tais medidas não surtiram efeito no desequilíbrio externo, uma vez que aumentavam a dívida pública, sem reduzir o déficit em transações correntes com o exterior. No final do ano de 1998, o governo assinou um acordo com FMI e obteve um empréstimo numeroso junto aos Estados Unidos, para defender a fuga de capitais. Todavia, a fragilidade financeira externa fez com que no início do segundo mandato de FHC, em 1999, mais uma vez houvesse necessidade de ajustamento cambial, no sentido de evitar o esgotamento das reservas de moeda estrangeira que ancoravam o real (SALLUM, 2003).

Dentre todos os aspectos apontados do governo FHC, o mais notável foi a mudança fundamental que se deu na relação entre Estado e economia. Enquanto durante todo o período desenvolvimentista as empresas estatais foram o principal suporte da gestão econômica governamental, no governo FHC a maioria delas foi privatizada. O papel do Estado passou de investidor a regulador, expandindo suas funções normativas, mas continuou a definir os rumos da atividade econômica via financiamentos de longo prazo concedidos pelo BNDES. Em relação a este último, houve uma notável mudança diversificadora, isto é, além das atividades de manufaturas, foram financiadas empresas comerciais e agrícolas. Também as companhias privadas nacionais deixaram de ser o foco privilegiado das políticas estatais, passando a ser correlacionadas às empresas estrangeiras através de reformulação constitucional (SALLUM, 2003).

Destaca-se também ao longo do governo FHC a criação do Gasoduto Brasil-Bolívia, que é uma via de transporte de gás natural integrando Brasil e Bolívia através de um duto, que possui 3.150 km de percurso; aplicação do Plano Diretor da Reforma do Estado, o qual visava priorizar o investimento em carreiras estratégicas para a gestão do setor público; aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), já no segundo mandato, entrou em vigor em 2000 e prescrevia um maior rigor do orçamento público através da limitação do endividamento dos

estados e municípios e dos gastos com funcionalismo público; implementação de alguns programas sociais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Vale Gás.

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi, de modo geral, bem sucedido em estancar o processo inflacionário e estabilizar a economia, mesmo que esses resultados não sejam refletidos em termos de crescimento econômico. As altas taxas de juros adotadas para atrair o investimento internacional e para conter o consumo e inflação também cumpriram seus objetivos, mesmo com as inúmeras crises externas que repentinamente interferiam e comprometiam a credibilidade externa da economia brasileira. Em sendo assim, no ano de 2002, quando ocorreram as eleições, a oposição ficou com a vitória assumindo a presidência em janeiro de 2003 Luiz Inácio da Silva representante do Partido dos Trabalhadores (PT). A tensão quanto ao rumo do Estado e das políticas que seriam utilizadas serão um dos temas abordados na última seção deste capítulo.

4.3 CRÍTICA A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE CAPITALISMO DE ESTADO NO BRASIL

Como se pode observar, o Estado desempenhou um papel central desde o início do período da industrialização no Brasil. Em diversos momentos, poder-se-ia adequar as teorias do capitalismo de Estado ao caso brasileiro, principalmente durante a fase desenvolvimentista. Contudo, tendo em vista o caráter crítico deste trabalho, levar-se-á em conta a hipótese de Teixeira (1983)¹⁷ quanto à formação do capital financeiro e internacionalização do capital, como ponto principal para a aparição do capitalismo de Estado. O autor supracitado realizou uma análise a partir desta hipótese para o caso brasileiro no ano de 1983; faz-se necessário, então, uma revisão de tal observação para em seguida confrontar com o cenário mais recente buscando compreender as modificações tanto do papel do Estado, quanto da aplicação teórica.

Na concepção de Teixeira (1983) a existência do capital financeiro é a condição essencial para que se configure a etapa monopolista de Estado do capitalismo. Esse é o principal argumento utilizado pelo autor para refutar os estudos empreendidos por teóricos brasileiros que se dedicaram ao estudo do capitalismo de Estado no Brasil. João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzo¹⁸ (1972 citado por TEIXEIRA, 1983) afirmam em um trabalho que o capitalismo monopolista de Estado se instaura no Brasil no fim do governo

¹⁷ A hipótese de Teixeira foi exposta no capítulo 2, seção 2.3 deste trabalho.

Juscelino, durante a primeira fase da industrialização. A. Moraes¹⁹ (1972 citado por TEIXEIRA, 1983), autor que trabalhou a mesma suposição ao nível teórico, examinou a concentração industrial por setor, os níveis de concentração bancária e as políticas do Estado; acabou por deduzir que o processo de formação do capital financeiro e de uma oligarquia financeira estava em pleno curso no Brasil (1972, ano da publicação), com amplo suporte estatal. Ambos os estudos foram contraditos por Teixeira (1983), primeiramente porque o setor estatal não possuía autonomia financeira para liderar uma expansão, mostrando-se incapaz de atuar como capital financeiro geral; ademais, as empresas estatais não estavam articuladas, atuavam como oligopólios isolados, excluindo-se qualquer possibilidade de uma gestão conjunta e centralização dos recursos para novos investimentos. Outro equívoco apontado pelo crítico é que nenhum dos trabalhos contempla a definição de capitalismo de Estado, nem mesmo levam em conta as especificidades concretas do capitalismo brasileiro.

De acordo com Teixeira (1983) a explicação para o capitalismo de Estado não ter se consolidado até àquele momento no Brasil é porque enquanto ocorria o processo de formação das forças produtivas especificamente capitalistas no país, os monopólios e o capital financeiro já haviam se fixado nos países de capitalismo avançado no âmbito internacional. Deste modo, não havia um interesse nacional em articular e constituir um capital financeiro endogenamente. O capital financeiro do Brasil era exógeno, internacionalmente constituído e caracterizado pela presença de grandes grupos multinacionais que promoviam a efetiva e clara associação de interesses industriais, agrícolas, comerciais e bancários. Por um lado pode parecer positivo não precisar empregar esforços e tempo para constituir o capital financeiro, mas o fato é que o capital exogenamente constituído não tem nenhum dever para com o país onde se instala, os seus objetivos estão ligados unicamente aos seus respectivos países, assim como as decisões de investir, modernizar, expandir e diversificar são tomadas pelas suas matrizes. Por mais que estes ingressem no país como capital financeiro, percebe-se que não se articulam sob esta forma aqui dentro, pois sua principal função seria, nas palavras de Teixeira (1983, p. 103), “aglutinar massas de capital dinheiro e orientá-las no sentido do apoio à acumulação real, avançando recursos para projetos de grande porte e longos prazos de maturação, estimulando, desta forma, os processos de concentração e centralização do capital”. Essa função foi repassada ao Estado.

¹⁸ CARDOSO, J. M. de Mello; BELLUZO, Luíz G. Reflexões sobre a crise atual. **Escrita Ensaio**, n. 2, p. 18, 1972.

¹⁹ MORAES, A. **Introdução ao estudo do capital financeiro e oligarquia financeira no Brasil**. São Paulo: Mimeo, 1972.

A despeito disso Fiori (1989, p. 106) fez uma colocação precisa sobre o papel do Estado no processo de acumulação:

A presença do Estado no desenvolvimento capitalista brasileiro cumpriu funções e produziu efeitos distintos dos ocorridos nos capitalismo cêntricos. Aqui o Estado transformou-se em componente essencial e indispensável no processo de valorização de um capital, cujo trajeto de acumulação alterou a própria tendência histórica à equalização e à concentração, inscritas na forma em que a lei do valor opera na maioria dos países centrais.

Coutinho e Belluzzo²⁰ (1978 citado por TAVARES, 1998, p. 121) também argumentaram nesta mesma linha de raciocínio de forma esclarecedora:

A abertura de novas fronteiras de acumulação passa sempre pela mediação do Estado e pela expansão do subsistema afiliado (das empresas estrangeiras), o que impõe um caráter instável e limitado ao processo de monopolização do capital privado nacional. [...] Dentro desta estrutura, *et pour cause*, o Estado constitui formas superiores de organização capitalista, consubstanciadas num sistema financeiro público e em grandes empresas estatais, cumprindo o papel desempenhado pelo capital financeiro nas industrializações avançadas.

O Estado cumpriu em parte o seu papel de mobilizar e aglutinar massas de capital dinheiro. Através das instituições de fomento e desenvolvimento, notadamente o BNDE, por meio de seus Fundos, Programas e agências financeiras, o Estado representa os principais agentes de crédito e financiamento para projetos de grande porte e longo prazo de maturação. As agências financeiras do Estado prestaram apoio e suporte no processo de monopolização, contudo, ainda faltou força necessária para promover a centralização da propriedade do capital; não buscaram centralizar sob seu comando o controle acionário dos capitais concentrados, renegando a sua qualidade de capital financeiro autônomo e exercendo apenas um papel passivo (TAVARES, 1998). É imperativo ressaltar que na órbita produtiva, as empresas públicas passaram por um processo de expansão e concentração mais estável, mesmo assim, não se originou um bloco de capital integrado, apenas empresas monopolistas autônomas e diferenciadas.

Aqui também cabe ressaltar a crítica semelhante feita por Fiori (1989) quanto ao cumprimento parcial das responsabilidades do Estado brasileiro como aglutinador e concentrador de massas de capital. Segundo este autor, a tendência normal do desenvolvimento capitalista nos países cêntricos tem configurado, em determinado momento, uma desigualdade bipolar entre os dominantes e os dominados, dos grandes capitais e dos capitais dispersos. No entanto, contraditoriamente, essa bipolaridade permite a igualação das

condições de reprodução em cada um dos estratos, uma vez que o Estado surge como o agente mantenedor da bipolaridade, assegurando a equalização entre os iguais. Essa seria, no entendimento de Fiori, a principal novidade trazida pelo monopolismo, o Estado homogeneizando as taxas de lucro do polo dominante (monopolistas), diferenciando a taxa do setor não monopolizado, garantindo, assim, uma taxa média para todo o sistema. “Um Estado moderno, pois, que arbitra, organizando a igualdade dos grandes capitais, por oposição aos capitais dispersos, e simultaneamente assegura a reprodução dos dominados”. É a partir dessa relação que alguns autores sugerem a existência de uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, a monopolista de Estado (FIORI, 1989, p. 106).

Explicado isto, pode-se entender a crítica de Fiori (1989), a qual sustenta que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro – e do capitalismo periférico em geral, moldou-se de forma diferente e oposta do formato de valorização cêntrico; aqui o Estado agiu de maneira “desigualizadora’ e, só parcialmente, concentradora” (p. 107), isto é, tratando como iguais capitais que são desiguais. Assim sendo, houve um agravamento da heterogeneidade estrutural dos estratos econômicos e sociais, produzindo e fortalecendo a desigualdade, causando um efeito distorcido da lei do valor, em que, reprodução e acumulação convivem com uma desigualdade assegurada pelo Estado. Por isso, Fiori defende que o movimento de reprodução e acumulação do capital durante o período “desenvolvimentista” brasileiro, levou no longo prazo a conflitos que conduziram em direção simultânea do crescimento e entropia.

As considerações de Teixeira quanto a não existência do capitalismo monopolista de Estado no Brasil podem ser resumidas a partir de três argumentos básicos das condições que faltaram ao país para centralização do capital:

1º) Unificação do subsistema de empresas estatais, produtivas e financeiras, através de mecanismos de planejamento ou de empresas *holding*, de modo a permitir ao Estado desempenhar as funções de capital financeiro geral; 2º) controle mais eficaz do mercado financeiro por parte de poderosas agências públicas, para conter a especulação financeira e permitir a transferência intersetorial de recursos financeiros e alocação de recursos reais; e 3º) articulação orgânica entre as diversas frações do capital – bancário, industrial, comercial e agrário-mercantil (TEIXEIRA, 1983, p.104).

Em suma, não houve uma articulação definida, portanto, entre os capitais industriais e bancários nacionais. Os gigantes multinacionais instalados no país possuíam um elevado grau de autofinanciamento, e, por isso, não se envolviam com o sistema financeiro nacional. O capital bancário não estava disposto a trocar sua posição de credor pela de proprietário

²⁰ COUTINHO, L.; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. O desenvolvimento do capitalismo avançado e reorganização da economia mundial no pós guerra. **Estudos CEBRAP**. São Paulo: n. 22. 1978.

produtivo; o capital industrial, por sua vez, não se dispunha a abrir seu capital de forma a perder o controle para os grupos bancários. Por último, o Estado como agente geral, não cumpriu seu papel de forma eficiente, deixando o processo de formação do capital financeiro incompleto no Brasil.

4.4 RECONSTRUÇÃO DO ESTADO

As eleições de 2002 trouxeram consigo uma incerteza quanto ao futuro das políticas econômicas do país, principalmente, quando o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio da Silva ou o Lula, passou a liderar as pesquisas de intenção de voto. A ideia de ascensão da esquerda ao poder é assustadora para muitos. Esses temores ganharam força, quando o resultado da disputa eleitoral garantiu a vitória de Lula em outubro de 2002. De acordo com Giambiagi (2011), três indicadores interligados entre si captaram essa tensão. O primeiro, risco-país, medido pelos *C-Bonds* passou de 700 pontos em março para 2000 em outubro; o segundo é a taxa de câmbio que em março cotava a R\$/2,32US\$, fechou em setembro a R\$/3,89US\$. O terceiro indicador era a expectativa de inflação para o ano de 2003 que ficou em 11% no mês de novembro de 2002, quando Lula já estava eleito, e antes era de 4%.

Ao tomar posse Lula encontrou o país em uma situação difícil com a ameaça da volta da inflação, aumento do desemprego, desprestígio internacional. Ademais, o Estado brasileiro ainda não se recuperara dos seus anos de desmonte e privatizações, encontrando-se enfraquecido. No entanto, o governo agiu de forma moderada, contraditoriamente ao mostrado pelos indicadores interligados de Giambiagi. Em medida, isso aconteceu por conta de algumas variáveis como a crise argentina nos anos de 2001-2002 que serviu de exemplo ao novo governante do que aconteceria caso houvesse uma parada completa da tomada de empréstimos estrangeiros. Nesse sentido, era fundamental recuperar o crédito externo e o acesso aos recursos do FMI, mandando para longe o risco de governar uma economia assolada pela inflação e pela pressão do câmbio (GIAMBIAGI, 2011).

Para tanto, mantiveram-se alguns marcos essenciais da política econômica do governo FHC (metas de inflação, taxa de câmbio flexível e valorizada, superávit primário) em prol da estabilidade, e por outro lado ampliaram-se os programas de assistência social como o Bolsa Família. Neste contexto foram lançados quatro documentos que continham as informações sobre o rumo das políticas econômicas no Brasil: a “Carta ao povo brasileiro”; um documento do programa do governo; uma “Nota sobre o acordo com o FMI”; e outro documento

intitulado “Política econômica e reformas estruturais”. No primeiro documento o governo comprometia-se em preservar o superávit primário com intuito de impedir o aumento da dívida interna; o segundo continha uma descrição formal do programa do governo, mais moderado que os anteriores; o terceiro prometia honrar o acordo com o FMI que fora negociado no final do governo FHC; o quarto e último propunha nas palavras de Giambiagi (2011, p. 204) um “desenvolvimento que preservasse a estabilidade econômica, redirecionando, porém, os gastos do governo às classes sociais efetivamente mais necessitadas”. Nesse mesmo texto, mais adiante, falava-se em necessidade de rever a Lei de Falências; da concessão de autonomia operacional ao Banco Central; da importância de modificar as regras de aposentadoria do funcionalismo; organizar os gastos públicos e outras propostas tradicionalmente defendidas pelo PT (GIAMBIAGI, 2011).

Aos poucos o grau de tensão macroeconômica foi se reduzindo, na medida em que o governo PT mostrava-se moderado. As medidas adotadas por Lula e que foram essenciais para a redução das tensões foram, de acordo com Giambiagi (2011, p. 206-207):

Nomeou para o cargo de presidente do Banco Central o ex-presidente mundial do *Bank Boston*, Henrique Meirelles, mantendo, inicialmente, todo o restante da Diretoria anterior, em claro sinal de continuidade; anunciou as metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente, que implicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política anti-inflacionária; elevou a taxa de juros básica (Selic) nas reuniões do Comitê de Política Monetária (COPOM), mostrando que isso não era mais um tabu para o PT; definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003; ordenou cortes do gasto público, para viabilizar o objetivo fiscal, deixando de lado antigas promessas de incremento do gasto; colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB de superávit primário, para o período de 2004-2006.

Em 2007, durante o segundo mandato do presidente Lula, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o qual tinha por objetivo a criação de um desenvolvimento acelerado e sustentável. Para tanto, foi prevista a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país. Durante os primeiros 4 anos do PAC, estima-se que o investimento público atingiu 3,7% (2010), enquanto no ano de 2006 esse percentual era de 1,62%. As medidas econômicas para o aceleramento do crescimento abrangeram o estímulo ao crédito e ao financiamento; melhoria do ambiente de investimento; desoneração e administração tributária; medidas fiscais de longo prazo e consciência fiscal (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO DO BRASIL).

Durante a crise econômica mundial em 2008 o Estado brasileiro assumiu uma postura de enfrentamento, provendo políticas públicas anticíclicas, diferentemente do que foi visto durante as crises anteriores, principalmente a crise dos anos 1980.

É inegável que houve uma reorientação do papel do Estado, com resgate do planejamento de longo prazo e maior participação do Estado em todas as áreas de atividades, algo fundamental para o desenvolvimento do país. Essa mudança, somada ao fortalecimento das estatais e dos bancos públicos, foi crucial para o Brasil atravessar a crise financeira iniciada em 2008 sem maiores sobressaltos (FARIA, 2010, p. 07)

O segundo governo Lula Caracterizou-se pela flexibilização da política econômica. O governo ampliou o crédito ao consumidor e ao mutuário, aumentou o salário mínimo, criou programas de transferência de renda direta, criou o PAC I e o PAC II (lançado em 2010) e ampliou o leque de atuação do BNDES para estimular o investimento tanto público, quanto privado; ademais, utilizou-se de várias medidas anticíclicas para combater a crise internacional que teve início em 2008. Durante o mandato Lula, houve uma mudança significativa na condução das empresas estatais (Eletrobrás e Petrobrás) e dos bancos públicos, principalmente do BNDES que passou a ser o motor da recuperação econômica.

Desde 1930 o Brasil experimentou uma industrialização liderada por medidas do governo. Nos anos 1950 as políticas desenvolvimentistas conduziram a continuação do processo de industrialização, de criação e melhoramento das empresas estatais e diversas outras instituições públicas. O processo de desenvolvimento liderado pelo Estado foi interrompido em 1980 quando o governo que assumiu passou a exercer papel passivo nas políticas industriais e deixou de criar estratégias de longo prazo; houve uma onda de privatizações. Mesmo assim, pode-se dizer que o Estado continuou fortemente presente na determinação de medidas para combater a inflação, por exemplo. Em 2003, após quase 20 anos de crise no Estado, assumiu o governo Lula que procurou reconstruir o caráter líder do mesmo. Voltou-se a colocar as empresas estatais como cerne determinante das políticas do governo, bem como voltou-se a criar planos e estratégias de longo prazo visando o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país.

5 CONCLUSÃO

A compreensão do arcabouço de teorias sobre o capitalismo de Estado ganhou maior importância após a crise econômica iniciada em 2008, e, foi intensificada pelo ostensivo aumento da intervenção estatal no sentido de arrumar e salvar o sistema em colapso. Em sendo assim, o presente estudo preocupou-se em articular as manifestações recentes da economia mundial e brasileira, focando a atuação dos distintos Estados para compreender como eles agem, para que (m) agem no capitalismo em cada fase dele. O esforço em compreender essa gama variada de teorias e articulá-las com as manifestações recentes da economia política internacional estruturaram, portanto, os objetivos do trabalho. A complexidade de tais movimentos, no entanto, exigiu um recorte analítico para que a pesquisa se tornasse viável. Nesse sentido, a motivação desta pesquisa foi analisar a maneira como o Brasil se insere dentro deste contexto de transformações globais e os reflexos práticos e teóricos desse novo período da economia mundial, especificamente procurando responder à pergunta: a crescente intervenção do Estado brasileiro na economia, observada na última década, configura um modelo de capitalismo de Estado?

Assim, do ponto de vista metodológico procurou-se resgatar a relevância da abordagem histórica, concreta e indutiva, conduzida a partir da análise dos fatos históricos e da revisão da literatura. O propósito, contudo, não foi catalogar tais fatos na esperança de que isso viesse a gerar, naturalmente, um modelo a partir do qual poderia se conceber um conceito de caráter universal. Pelo contrário, os acontecimentos históricos lançaram as bases para o entendimento do capitalismo de Estado e das diferentes concepções teóricas, propiciando um acúmulo interdisciplinar para o debate da questão econômica contemporânea.

O capítulo 2 propôs-se a discutir e rever a fundamentação teórica em que se respalda o conceito de capitalismo de Estado, situando-o dentro de uma perspectiva histórica. Constatou-se que entre o final do século XIX e início do século XX, houve uma mudança inédita na história do desenvolvimento capitalista devido à importância crescente do Estado em todas as esferas da vida em sociedade e da economia; esse aumento se justificava deveras em face do crescente grau de concentração e centralização do capital. No entanto, não se pode cair no erro de pensar que o Estado era onipresente antes desse período; pelo contrário, o Estado sempre esteve presente, o que ocorreu foi uma mudança drástica na forma e intensidade de intervir na economia, levando os estudiosos da época, acostumados com as ideias liberais

difundidas por Adam Smith, darem-se conta de que nunca antes na história havia existido um Estado tão ativo e poderoso.

O imbróglio conceitual do capitalismo de Estado encontra-se na relação entre capitalismo e Estado, que foi vista de forma diferente pelos diversos autores da época. Para os teóricos clássico, o Estado intervém na economia (regulação, direcionamento, controle), objetivando o crescimento econômico. Dessa forma garante a concorrência do sistema capitalista impedindo a formação de monopólios e assegurando lucros médios para o sistema como um todo. Ainda nesta linha, encontraram-se autores que tentaram definir o capitalismo de Estado através do elemento monopólico (em oposição ao concorrencial), mas estes pareciam falar de uma etapa ou transição do desenvolvimento capitalista, caracterizando a intervenção estatal no sentido de ajudar estes monopólios no processo de acumulação e transição. É o caso do autor Aloísio Teixeira, que afirma ser esta principal característica do capitalismo de Estado; no entanto, percebe-se que esta seria a característica de uma fase ou etapa, e a intervenção verificada neste sentido é única e singular, podendo ser chamada de capitalismo monopolista e não de capitalismo de Estado.

Com base no estudo acerca da trajetória do sistema interestatal capitalista, o capítulo 3 expôs a retórica do ressurgimento do debate através da reportagem da revista *The Economist* e procurou avaliar os exemplos recentes dos Estados cuja intervenção estatal apresenta características novas, fortalecendo e ampliando a estrutura supranacional do modelo capitalista de produção. Para tanto, estudou-se os casos de Cingapura, Estados Unidos da América e da China. Estes dois últimos são de extrema relevância na economia mundial, porém, apresentam sistemas econômicos e políticos distintos, principalmente nos âmbitos das instituições político-democráticas e de condução da política econômica. As análises históricas destas nações demonstraram que o Estado foi fundamental no desenvolvimento capitalista. Em nenhum dos países há uma trajetória distinta (em que o Estado não cumpra este papel). Nesse contexto, com base nos conceitos estudados, pode-se concluir que Cingapura, Estados Unidos e China são capitalismos de Estado, pois seus Estados capitalistas conduziram as políticas econômicas objetivando o crescimento e consolidaram o capital financeiro em seus respectivos países. Por serem capitalistas, eles engajam-se diretamente ou indiretamente em funções relacionadas à acumulação de capital e à reprodução da força de trabalho, contudo, a forma como o Estado faz isso muda ao longo do tempo e muda de lugar para lugar. Portanto, Cingapura, EUA e China representam Estados capitalistas diferentes, mas unidos sob um mesmo conceito.

O último capítulo propôs-se a estudar o caso específico brasileiro através do conceito específico de Aloísio Teixeira. Para tanto se revisou a trajetória do período de industrialização brasileira, o qual abrangeu os anos entre 1930 e 1980. No entanto, de acordo com a proposta do trabalho a partir da análise de Teixeira, entende-se que não houve a consolidação de um capital financeiro que permitiria um processo de concentração e centralização mais eficiente necessário à consolidação da etapa monopolista, etapa esta essencial na consolidação do capitalismo de Estado. Em seguida, analisou-se o período de políticas neoliberais no Brasil que compreendeu os anos entre 1980 e 2002. Esses anos destruíram o Estado construído no período anterior, o Governo que atuava sob a ideologia liberal conduziu um processo de “caminhada para trás”, deixando a economia nas mãos do livre mercado. Aqui cabe ressaltar a criação de um paradoxo fascinante: a liberalização da economia e a não intervenção do Estado levou a uma crise sem precedentes na história da economia brasileira. Isto prova o caráter frágil do sistema capitalista que tem como estandarte o livre mercado e a não intervenção estatal; ao mesmo tempo legitima a ação do Estado como condutor e fomentador essencial da economia capitalista.

A partir de 2003 quando Lula assumiu a presidência houve uma retomada do papel líder do Estado. Reconstruiu-se a estrutura intervencionista e fundamental, reforçando as atribuições das empresas estatais e dos planos de desenvolvimento econômicos e sociais. A articulação do Estado com as empresas privadas juntamente com o setor bancário, desenvolveu de forma eficiente o capital financeiro. Desta forma conclui-se que com a retomada do planejamento, o crescimento da economia foi estruturado em um conjunto de medidas adotadas pelo governo como a criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), aumento da concessão de crédito pelo BNDS, integração das bolsas de distribuição de renda, o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, etc que, de alguma forma, superaram as restrições colocadas por Teixeira para a existência de um capitalismo financeiro no Brasil. Tais medidas reforçaram o papel do Estado na economia brasileira e parecem apontar para uma configuração de economia semelhante as trabalhadas pelos autores originais: Boccara; Kouzminov; Pollock, entre outros.

Ainda é cedo para se afirmar que existem as condições necessárias para caracterizar o Brasil como um caso de capitalismo de Estado. Para que isto ocorra ainda será preciso a consolidação da política econômica adotada pelos últimos dois governos.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. O capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **O marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8, p. 11-77. (Coleção História do Marxismo).

_____. A teoria do capitalismo monopolista de Estado e as novas formas de socialização capitalista. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). O marxismo hoje (segunda parte). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983-1989. v. 12, p. 283-340. (Coleção História do Marxismo).

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996. 393 p.

ANDRADE, Regis de Castro. Brasil: a economia do capitalismo selvagem. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 57, 2002 (1981). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n57/a02n57.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 384 p.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 454 p.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Fundo Soberano Brasileiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=316>>. Acesso em: 19 mai. 2013.

CASTRO, Antônio Barros de. Renegade development: rise and demise of state-led development in Brazil. In: SMITH, William. et al. **Democracy, Markets, and Structural Reform in Latin America: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile and Mexico**. Miami: North-South Center, 1994. 320 p.

CORRÊA, Maria L. Notas sobre a formação do Estado capitalista no Brasil. **História Revista**, Universidade Federal de Goiás, v.13, n. 1, p. 21-44, jan./jun. 2008.

COSTA, Fernando N. **Capitalismo de Estado neocorporativista**, jun. 2012. Disponível em: <<http://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2012/04/fernando-costa-capitalismo-de-estado-neocorporativista3.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2003. 266 p.

FARIA, Glauco. **O governo Lula e o novo papel do Estado brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. 96 p. (Coleção Brasil em Debate).

FIORI, José Luís. Sobre a crise do Estado brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.9, n. 3, p.103-114, jul./set. 1989.

_____. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.12, n. 1, p.76-89, jan./mar. 1992.

_____. Sobre o desenvolvimento chinês. **Outras Palavras**, São Paulo, fev. 2013. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2013/03/02/sobre-o-desenvolvimento-chines/>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

_____. Sobre o desenvolvimento chinês (II). **Outras Palavras**, São Paulo, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2013/03/28/sobre-o-desenvolvimento-chines-ii/>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

GIAMBIAGI, Fabio. Rompendo com a ruptura: o Governo Lula. In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Campus, 2011. cap. 8, p. 197-237.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

HUNT, E. K. A ideologia neoclássica e o mito do mercado auto-regulador: as ideias de John Maynard Keynes. In: HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Campus, 1982. cap. 16, p. 426-451.

KOUZMINOV, I. O capitalismo monopolista de Estado. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, n. 12, jul. 1948. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/12/capitalismo.htm>. Acesso em: 28 nov. 2012.

MAO JUNIOR, José; SECCO, Lincoln. **A revolução chinesa: até onde vai a força do dragão?** São Paulo: Scipione, 1998. 103 p.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. China: entre os Séculos XX e XXI. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 379-414.

_____, Carlos Aguiar. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 3, p. 381-400, jul./set. 2006.

_____. Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/artigos>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO DO BRASIL. **Sobre o PAC**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 26 mai. 2013.

MUSOLF, Lloyd D. **O Estado e a economia**. São Paulo: Brasileira, 1968. 236 p.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB. **O capitalismo monopolista e imperialismo**. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/historia1a.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

PARTIDO DOS TRABALHADORES; INSTITUTO LULA. **O decênio que mudou o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. 27 p.

PEDROSO, Gustavo J. T. Entre o capitalismo de Estado e o Behemoth: O Instituto de Pesquisa Social e o fenômeno do fascismo. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 15, p. 151-179, fev. 2009.

POLLOCK, Friedrich. State capitalism: Its possibilities and limitations. In: ARATO, Andrew (Ed.); GEBHARDT, Eike (Ed.). **The Essential Frankfurt School Reader**. New York: Continuum, 2002. p. 71-94.

SALLUM, Brasílio Jr. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social; Rev. Sociol.**, v.11, n. 2, p.23-47, out. 1999.

_____. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 35-54, jun. 2003.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de; PIRES, Marcos Cordeiro. **Brasil e China na Globalização**. São Paulo: LCTE, 2008. 64 p. (Série Economia de Bolso).

SUZIGAN, Wilson. Industrialização e política econômica: uma interpretação em perspectiva histórica. **Pesq. Plan. Econ.**, v. 5, n. 2, p. 433-474, dez. 1975.

_____. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 4, p. 05-16, out./dez. 1988.

TAVARES, Maria da Conceição. O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1998. v. 2, p. 117-154.

TEIXEIRA, Aloísio. Capitalismo monopolista de Estado: um ponto de vista crítico. **Revista de Economia Política**, v. 3, n. 4, p. 85-105, out./dez. 1983.

TEIXEIRA, Ricardo Gilberto Lyrio. O banco central em tempos de capital monopolista. In: **Reforma financeira e Banco Central do Brasil em tempos de capital monopolista (1964-1967)**. 2011, cap. 2. p. 55-76. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

VIZENTINI, Paulo F.; RODRIGUES, Gabriela. **O dragão chinês e os tigres asiáticos**. Porto Alegre: Novo Século, 2000. 168 p.

WOOLDRIGE, Adrian. A mão visível. **The Economist**. fev. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21542931>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

YEW, Lee Kuan. **Do terceiro ao primeiro mundo: a história de Cingapura entre 1965 e 2000**. São Paulo: Globo, 2008. 761 p.